

Ana Paula Figueira Banza de Figueiredo Santos

RELATÓRIO DA UNIDADE CURRICULAR

Linguística Portuguesa III

Universidade de Évora

2014

Ana Paula Figueira Banza de Figueiredo Santos

RELATÓRIO DA UNIDADE CURRICULAR

Linguística Portuguesa III

Para admissão a provas de Agregação na Universidade de Évora,
em conformidade com o estabelecido no artigo 8º do
Decreto-Lei nº 239/2007, de 19 de Junho de 2007.

Universidade de Évora

2014

Índice

Nota prévia	7
I- A disciplina: enquadramento curricular e objectivos	9
II- O programa:	19
1. Pressupostos e objectivos	21
2. Tópicos	29
3. Conteúdos	31
III- Métodos de ensino e avaliação	73
IV- Bibliografia:	83
1. Bibliografia geral	85
2. Textos de trabalho	101
3. <i>Corpora</i>	113
4. Sítios na rede	115

Nota prévia:

A escolha de *Linguística Portuguesa III*, cujo programa contempla conteúdos de História da Língua Portuguesa, como objecto do presente relatório prende-se, por um lado, com a minha formação académica – Mestre em *Linguística Histórica* e Doutora em *História da Língua Portuguesa* – por outro, com os meus interesses e actividades de investigação e, por outro ainda, com a minha actividade docente, que, nos últimos vinte anos, entre outras da área da Língua e Linguística, contemplou também esta disciplina, proporcionando-me a possibilidade de sobre ela reflectir, reorganizando e modificando o respectivo programa ao longo dos anos, em função dos novos planos curriculares e dos desafios por eles colocados, mas também em função da minha própria experiência.

O relatório que a seguir se apresenta consta de quatro partes:

Na primeira parte, “A disciplina”, apresentam-se a sua história na Universidade de Évora, os seus objectivos e caracterização dentro do plano de estudos em que se insere.

Na segunda parte, “O programa”, apresentam-se os seus pressupostos, objectivos e conteúdos e o desenvolvimento destes últimos, com indicação de bibliografia específica.

Na terceira parte, “Métodos de ensino e avaliação”, apresentam-se os métodos pedagógicos de ensino e avaliação utilizados.

Na quarta parte, “Bibliografia”, apresenta-se a bibliografia de referência da disciplina.

**I - A DISCIPLINA:
ENQUADRAMENTO CURRICULAR
E OBJECTIVOS**

“The Asuras, deprived of [correct] speech, saying *he lavo, he lavah*, were defeated. This is the unintelligible speech which they uttered at that time. Who speaks thus is a barbarian. Therefore a brahmin should not speak like a barbarian, for that is the speech of the Asuras.”

Śatapathabrāhmaṇa 3.2.1.23-4

(citado em Hock 1986: 1)

A Linguística Portuguesa III é uma unidade curricular obrigatória inscrita no 3º ano dos perfis de Estudos Portugueses e Espanhóis, Estudos Portugueses e Franceses e Estudos Portugueses e Ingleses da Licenciatura (1º ciclo) em Línguas, Literaturas e Culturas, curso criado na Universidade de Évora no ano de 2007/08 (adaptado a Bolonha, com horário laboral e pós-laboral até 2012/13).

Ainda que muito recente no formato actual, a disciplina tem uma história que acompanha a da própria Universidade de Évora e cuja génese se situa nas primitivas licenciaturas em Ensino de Português/Inglês e de Português/Francês, criadas no ano de 1980.

Convém lembrar aqui que a Universidade de Évora, embora criada originalmente em 1559, sob a direcção da Companhia de Jesus, que dirigia já desde 1553 o Colégio do Espírito Santo, encerrou, em 1759, com a expulsão da Companhia de Jesus, por ordem do Marquês de Pombal, e só em 1973 foi restaurado o Ensino Superior na cidade de Évora (Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, que cria o Instituto Universitário de Évora), tendo sido apenas em 1979 que a actual Universidade de Évora veio substituir o Instituto Universitário.

Assim, a refundação da Universidade de Évora em moldes modernos é muito recente e as Licenciaturas em Ensino, que, desde o início da década de 80 e até 2002/03, caracterizaram a sua oferta formativa devem ser vistas, em conjunto com a própria refundação da Universidade, no contexto em que surgem: o do início dos anos 80.

Efectivamente, vivia-se então um período de expansão e democratização do ensino, iniciado com a revolução de Abril de 1974, e, neste contexto, a recém-refundada Universidade de Évora contribuía para a então desejável descentralização do Ensino Superior. Por outro lado, o Ensino Básico e Secundário enfrentava sérias carências de pessoal qualificado, pelo que as Licenciaturas em Ensino de Português/Francês e de Português/Inglês, criadas no início da nova Universidade de Évora, surgiam, na época, como resposta a essas carências e, nesse contexto, eram pertinentes e inovadoras, como convinha a uma universidade jovem, por oposição às formações tradicionais na mesma área científica, as de Línguas e Literaturas Modernas, com diferentes variantes.

Quando, em 2003/04 (Deliberação 987/2003 e Deliberação 988/2003, DR 2ª série nº 157, 10 de Julho), estes cursos são substituídos por uma licenciatura única, de três anos, de modelo mais convencional, em Línguas e Literaturas, com as variantes de Português/Francês e Português/Inglês, encerrava-se esse ciclo de cerca de vinte anos: a democratização e expansão do Ensino Superior tinham atingido o seu limite, bem como os quadros do Ensino Básico e Secundário. Impunha-se, então, a alteração de um modelo que – independentemente das suas virtudes e defeitos, que não faria sentido discutir aqui e agora – estava já claramente esgotado.

Também em 2003/04, seria criada a Licenciatura em Estudos Portugueses e Espanhóis, de quatro anos, mas que teria vida muito curta, vindo a desaparecer como curso autónomo na reestruturação de 2007/08.

Ambas as licenciaturas manter-se-iam, pois, até 2007/08, altura em que a aplicação dos princípios de Bolonha obrigou a reformulação mais profunda, de onde resultou uma licenciatura única: a actual Licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas, com a duração de três anos (180 ECTS) e constituída por um ano comum a que se seguem seis perfis opcionais, que incluem os antigos cursos de Línguas e Literaturas: Português/Francês e Português/Inglês e Estudos Portugueses e Espanhóis:

- Estudos Portugueses e Espanhóis;
- Estudos Portugueses e Franceses;
- Estudos Portugueses e Ingleses;
- Português Língua Estrangeira;

- Literaturas e Artes;
- Línguas e Turismo.

Apesar de alterações pontuais e das grandes reestruturações de 2003/04 e 2007/08, a disciplina manteve-se como obrigatória e sem alterações de maior até esta última. Fazendo um breve apanhado dessas alterações, a actual *Linguística Portuguesa III* começou por ter a designação de *História da Língua Portuguesa I e II*, anual agrupada, com 4 horas lectivas semanais, 2T + 2P, que, posteriormente, passaram, primeiro a 1T+ 2P e, depois, a 3 TP, devido a ajustes na carga horária das licenciaturas. Em 2003/4, o abandono das Licenciaturas em Ensino acarretou mudanças curriculares profundas, sem que, no entanto, como acima referi, a disciplina sofresse grandes modificações, tendo-se alterado apenas o facto de que a anterior *História da Língua Portuguesa I e II* assumiu, nos novos planos curriculares, com excepção da Licenciatura em Estudos Portugueses e Espanhóis, que manteve as designações tradicionais, o formato de duas disciplinas semestrais com as designações genéricas de *Linguística Portuguesa III e Linguística Portuguesa IV*. Ainda assim, apesar da necessidade de alguns ajustes na organização programática, motivados pela alteração do formato da disciplina, de anual agrupada para duas semestrais, distintas, mas complementares, as 90 horas, distribuídas por dois semestres, continuavam a permitir programas bastante abrangentes e um número adequado de aulas de natureza prática, para contacto directo dos estudantes com as fontes escritas e realização de trabalho prático de diferentes naturezas (análise e comentário de textos, exercícios de gramática histórica).

Seria, pois, em 2007/08, com a nova licenciatura única em Línguas, Literaturas e Culturas, adaptada a Bolonha, que, por decisão maioritária do grupo de Língua e Linguística, com os votos contra das duas docentes da disciplina, a *Linguística Portuguesa IV* deixaria de estar ligada a conteúdos diacrónicos, revelando, afinal, a descaracterização da designação, a que se assistira na reforma anterior, como um primeiro passo para a redução drástica do seu peso no plano de estudos. Assim, no novo plano de estudos, apenas o perfil de Português Língua Estrangeira, que nunca funcionou, manteve duas disciplinas semestrais de História da Língua Portuguesa, com a designação de *História da Língua Portuguesa I* e *História da Língua Portuguesa II*, com uma carga horária de 3 TP e 5 ECTS. Dos restantes perfis, Literaturas e Artes e Línguas e Turismo não têm a disciplina – nem nenhuma outra de Linguística depois do

1º ano, de tronco comum, onde figuram duas disciplinas propedêuticas da área: *Estudos Linguísticos I* e *Estudos Linguísticos II* – e os perfis de Estudos Portugueses e Espanhóis, Portugueses e Franceses e Portugueses e Ingleses têm apenas uma disciplina semestral de História da Língua Portuguesa: a *Linguística Portuguesa III*.

Naturalmente, a redução a apenas um semestre, isto é, a 45 horas presenciais (menos de metade em relação às 120 horas das primitivas Licenciaturas em Ensino) não poderia deixar de ter consequências profundas na estruturação e desenvolvimento do programa, como se verá no ponto seguinte do presente relatório.

A diversidade e riqueza potenciais do âmbito da disciplina são, de facto, impossíveis de compatibilizar com a concentração numa única unidade curricular semestral com apenas 3 horas semanais (5 ECTS), a par do facto de, no plano curricular do curso, ser esta a única disciplina que pode proporcionar aos estudantes formação específica sobre a diacronia da língua materna, além das noções básicas sobre mudança linguística adquiridas nas disciplinas de *Estudos Linguísticos*.

Esta situação reflecte-se no programa proposto implicando, na prática, inevitáveis truncamentos de conteúdos e de perspectivas e um menor desenvolvimento e aprofundamento dos conteúdos escolhidos. Por outro lado, a inevitabilidade da abrangência, em termos de conteúdos e enquadramentos, corresponde também, de algum modo, ao tipo de formação, mais geral, preconizada por Bolonha para as formações de 1º ciclo, a desenvolver e aprofundar, eventualmente, num 2º ciclo.

Assim, verifica-se que a História da Língua Portuguesa na Universidade de Évora acompanhou a evolução do sistema de ensino em Portugal e, em particular, as mudanças sofridas pelas licenciaturas e pela própria Universidade no contexto nacional.

Na sua refundação, a Universidade de Évora assumiu como missão a “criação, transmissão e difusão de cultura, de ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, da docência e da investigação”, visando a “formação humana, cultural, científica e técnica; a realização de investigação fundamental e técnica; a prestação de serviços à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca; o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras” (Estatutos da Universidade de Évora, cap. I, Artº. 2º, DR – I Série, nº 200 de 31 de Agosto de 1989).

As Licenciaturas em Ensino cumpriram, durante mais de vinte anos, a sua parte nesta missão, formando professores qualificados e perseguindo, além dos objectivos gerais de todos os cursos universitários, objectivos específicos relacionados com a formação científica e pedagógica de professores para o Ensino Básico e Secundário. Nesse contexto, a História da Língua Portuguesa cumpriu também o objectivo de fornecer aos futuros professores uma panorâmica completa e aprofundada da vertente diacrónica da Língua Portuguesa, interna e externa, reconstituindo os antecedentes da sua formação histórica, o seu nascimento e desenvolvimento, através da reconstrução com base em variedades modernas e da exploração de fontes escritas.

Estes objectivos, adequados à formação de futuros professores para o Ensino Básico e Secundário, não se alteraram, no essencial, com a passagem das Licenciaturas em Ensino a Licenciaturas de escopo progressivamente mais abrangente, para não dizer generalista, que atinge o seu auge com as formações adaptadas a Bolonha, a partir de 2007/08. Efectivamente, se é verdade que, à partida, a vertente profissionalizante das licenciaturas em Ensino colocava a tónica da disciplina na formação do futuro professor, enquanto as novas licenciaturas passam a colocá-la na investigação sobre a mudança linguística no português, não é menos verdade que, por um lado, a apetência pela investigação era já então sensível em muitos dos futuros professores e fomentada pela realização de pequenos trabalhos de investigação ao longo do ano, mesmo depois de ter deixado de ser obrigatória a apresentação de uma monografia no final do curso (desde 1992); e, por outro, nas licenciaturas não profissionalizantes, o objectivo da disciplina continua a ser, não formar historiadores da língua, mas usuários informados da língua portuguesa, capazes, por exemplo, de compreender fenómenos actuais à luz da mudança linguística, bem como de ler e usar os textos que constituem o património linguístico do português.

Assim, quanto aos objectivos da disciplina de *Linguística Portuguesa III*, considera-se que, no que se refere aos objectivos gerais, tratando-se de uma disciplina de nível universitário, de uma disciplina “humanística” e, mais particularmente, de uma disciplina de um curso de Línguas, Literaturas e Culturas, eles são comuns:

- aos dos próprios cursos universitários, visando promover a apetência pelo saber e pela investigação, estimular o espírito crítico e as capacidades de

inter-relacionar conhecimentos adquiridos, pensar de forma autónoma e argumentar de forma eficiente,

- aos da área das Humanidades, vocacionada para o ser humano como indivíduo e como ser social, para a formação integral do indivíduo e para a promoção da ética, da cidadania e dos valores humanos em geral,
- e, finalmente, aos dos cursos que integram como um dos seus objectos a Língua Portuguesa, promovendo o gosto pelo seu estudo e investigação e o conhecimento explícito da sua estrutura e características na diversidade que lhe é inerente.

Os objectivos específicos, como acima se referiu, também não se alteraram substancialmente desde as primitivas Licenciaturas em Ensino. As mudanças que afectaram o Ensino Superior em Portugal desde os anos 80 e, em particular, as decorrentes da adaptação a Bolonha reflectiram-se, não tanto nos objectivos da disciplina, mas sobretudo na organização dos programas, como se demonstrará no ponto II do presente relatório.

Por outro lado, a *Linguística Portuguesa III* continua a ter como objecto a Língua Portuguesa como expressão cultural construída diacronicamente, competindo-lhe abrir aos estudantes o universo da mudança linguística como construtora dos sistemas linguísticos e do sistema linguístico do português em particular, facultando-lhes, também pela primeira vez, o contacto com os métodos da Linguística Histórica.

Como tal, continua esta disciplina, acertadamente, a figurar no último ano da licenciatura, como complemento das visões, maioritariamente gerais ou descritivas de natureza sincrónica, que, sobre o mesmo objecto, são fornecidas aos estudantes ao longo do curso, a saber: no primeiro ano, *Estudos Linguísticos I* e *Estudos Linguísticos II*, disciplina de carácter geral e introdutório; no segundo ano, *Linguística Portuguesa I* e *Linguística Portuguesa II*, respectivamente com conteúdos de Fonologia e Morfologia e de Sintaxe e Semântica do português, numa perspectiva descritiva sincrónica.

Estas disciplinas, no seu conjunto, criam um lastro de conhecimentos sobre o fenómeno da linguagem, sobre as línguas e sobre a sua diversidade, diatópica, diastrática e diafásica, bem como sobre a estrutura do português contemporâneo, nos

seus diferentes domínios (Fonética, Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Semântica), essencial para que os estudantes possam, chegados a este ponto do seu percurso, já muito perto do final da sua formação de 1º ciclo, ter a capacidade de abordar a língua portuguesa numa nova perspectiva, complementar e imprescindível para um conhecimento completo do objecto estudado.

Assim, a *Linguística Portuguesa III* tem como objectivos específicos revelar a língua portuguesa, até então perspectivada quase exclusivamente na sua vertente sincrónica, como entidade historicamente construída, partindo das circunstâncias da sua formação no canto noroeste da Península Ibérica e acompanhando o seu desenvolvimento e expansão, primeiro para o Sul peninsular e, a partir do séc. XV, para o Sul ultramarino, com as inerentes consequências para a actual posição da língua portuguesa como uma das línguas mais faladas no mundo e verdadeiramente internacional, na medida em que, ao grande número de falantes, associa uma dispersão geográfica considerável. Cabe, pois, a esta disciplina, fornecer um quadro, tão completo e aprofundado quanto possível, da formação, e seus antecedentes, e da expansão da língua portuguesa, bem como da sua elaboração e consolidação, sob diferentes variedades, que conduziram à sua forma e características actuais.

Conciliar estes objectivos com a diminuta carga horária da disciplina é o desafio a enfrentar na construção do programa que a seguir se propõe.

II - O PROGRAMA

“Da mudança que as línguas fazem per discurso de tempo: Assi como em todas as cousas humanas ha continua mudança & alteração, assi he tambem nas línguas”.

Duarte Nunez de Lião

Origem da Língua Portuguesa, Lisboa, 1606

1. Pressupostos e objetivos

O programa que aqui se apresenta foi pensado, dentro do espírito dos *curricula* adaptados a Bolonha, para 5 créditos ECTS, em regime semestral (correspondendo o semestre a 15 semanas lectivas).

Se se considerar que, de acordo com o referido sistema de créditos, cada unidade ECTS corresponde a cerca de 30 horas de trabalho¹, neste caso a 26, esta disciplina corresponde a 130 horas de trabalho, das quais as horas de contacto (45TP + 1OT) representam pouco mais de um terço. Na prática, e atendendo ao que a experiência tem mostrado ser adequado, a distribuição das 130 horas de trabalho é feita da seguinte forma:

- 45 horas de contacto – aulas – correspondentes a 3 horas semanais;
- 30 horas de acompanhamento tutorial – reuniões com a docente ou acompanhamento *on line* – correspondentes a 2 horas semanais;
- 55 horas de trabalho autónomo – leituras, resolução de exercícios, comentário de textos, elaboração de fichas de leitura e/ou resenhas, preparação de provas, etc. – correspondentes a cerca de 3.5 horas semanais.

¹<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo%20de%20Bolonha/Objectivos/ECTS> (última consulta em Janeiro de 2014).

Assim, é tida em conta no presente programa a necessária alteração dos paradigmas educacionais tradicionais decorrente da adesão a Bolonha, nomeadamente nos seguintes aspectos:

- o processo de formação deixa de ser centrado no ensino e passa a ser centrado na aprendizagem, ou seja, no estudante;
- a carga de trabalho dos estudantes, neste sistema, consiste no tempo requerido para completar todas as actividades de aprendizagem planeadas, não necessariamente apenas as aulas: investigação, realização de trabalhos, estudo individual, preparação e realização de provas;
- as metodologias de aprendizagem visam propiciar o desenvolvimento, não só de competências específicas, mas também de capacidades e competências horizontais, como sejam o aprender a pensar, o espírito crítico, o aprender a aprender, a capacidade para analisar situações e resolver problemas, as capacidades comunicativas, a liderança, a inovação, a integração em equipa, a adaptação à mudança;
- o papel do professor vai além do espaço físico da aula e passa a assumir funções de orientação, de apoio e de suporte, em sessões de orientação tutorial em atendimento presencial e/ou *on line*;
- além da sala de aula, outras áreas, nomeadamente as bibliotecas, são consideradas espaços de aprendizagem;
- o acesso à informação – escrita, oral, *on line* – a capacidade de seleccionar, de organizar e de sintetizar tornam-se relevantes.

No que respeita aos conteúdos, o programa é pensado para estudantes das Licenciaturas em Línguas, Literaturas e Culturas, dos perfis de Estudos Portugueses e Ingleses, Estudos Portugueses e Franceses e Estudos Portugueses e Espanhóis.

Como acima se referiu, ainda que a abordagem diacrónica da língua portuguesa seja nova para estes estudantes, parte-se do princípio de que eles dominam já os conceitos, a terminologia e os métodos relacionados com o manuseamento dos fenómenos linguísticos, em geral, essenciais para uma mais fácil e adequada compreensão dos conceitos, terminologia e métodos específicos da Linguística Histórica

e da História da Língua Portuguesa. Tendo os estudantes adquirido, ao longo dos dois primeiros anos do curso, conhecimentos relacionados com o fenómeno da linguagem e com as diferentes áreas de descrição da língua, essencialmente considerada na sua forma falada contemporânea, o programa de *Linguística Portuguesa III* vai mobilizar todos esses conhecimentos, em particular os conhecimentos sobre a mudança linguística e os conhecimentos sobre as diferentes áreas de descrição das línguas, assumindo-se, em simultâneo, como súmula e complemento dos programas das restantes disciplinas da área da linguística ao abordar, numa perspectiva global, todos os aspectos tratados ao longo dos dois primeiros anos do curso, mas sob uma perspectiva diacrónica.

Partindo dos pressupostos explicitados, o programa proposto assume como objectivo geral a descrição e análise da mudança linguística aplicada à língua portuguesa.

São objectivos específicos:

- caracterizar a mudança como propriedade intrínseca da língua;
- proporcionar o contacto com o objecto e os métodos da Linguística Histórica e da História da Língua;
- traçar um quadro geral da diacronia do português;
- desenvolver competências relativas ao conhecimento da memória textual da língua portuguesa.

Além dos objectivos gerais e específicos, procura-se ainda desenvolver competências horizontais, tais como: o aprender a pensar, o espírito crítico, o aprender a aprender, a capacidade para analisar situações e resolver problemas, as capacidades comunicativas, a liderança, a inovação, a integração em equipa, a adaptação à mudança.

Em consonância com os objectivos propostos, no final do semestre, os estudantes deverão estar em condições de:

- reconhecer as distintas fases evolutivas da língua portuguesa;
- identificar as suas principais mudanças estruturais;
- descrever e explicar algumas dessas mudanças;

- comentar textos escritos de diferentes épocas;
- compreender as estruturas do português moderno à luz da sua construção histórica;
- desenvolver reflexão crítica original sobre os temas estudados;
- desenvolver investigação autónoma, individualmente ou em grupo, com recurso a metodologias adequadas.

Como acima se referiu, a baixa carga horária presencial da disciplina, reduzida na última reestruturação curricular a apenas um semestre (45 horas lectivas) condiciona fortemente o programa apresentado e, sobretudo, o seu desenvolvimento.

É certo que, independentemente das horas de contacto de que dispõe, o docente é sempre chamado a tomar opções estratégicas e táticas quando organiza um programa; no entanto, dispor de 90 horas lectivas ou de apenas 45 é, sem dúvida, um factor que condiciona decisivamente a dificuldade destas opções. Por outro lado, a par da redução drástica do número de horas presenciais para apenas 45, o sistema de Bolonha prevê agora como parte integrante da carga horária total da disciplina (130 horas, correspondentes a 5 ECTS) 85 horas de acompanhamento tutorial e trabalho autónomo – entendendo-se como tal as tarefas relacionadas com a investigação, a realização de trabalhos, o estudo autónomo e a preparação e realização de provas – consideradas complementares ao trabalho desenvolvido em aula.

A simples desproporção entre as horas presenciais, correspondentes a um terço da carga horária total, e as horas de acompanhamento tutorial e trabalho autónomo, correspondentes a dois terços da carga horária total, obriga necessariamente a repensar o programa de forma que, continuando a cumprir os objectivos da disciplina, este possa adaptar-se aos novos moldes de funcionamento.

Antes de mais, a distribuição “bolonhesa” da carga horária enfrenta um sério obstáculo: o perfil do estudante universitário português, que, em geral, não possui a disciplina necessária para cumprir, longe da vista do docente, tarefas autónomas do tipo das previstas por Bolonha. À falta de disciplina pessoal junta-se, em muitos casos, em particular no dos trabalhadores estudantes, frequentemente já com responsabilidades familiares, a falta de tempo.

Neste quadro, o docente é obrigado, por um lado, a apostar, antes de mais, na motivação, que pode, fora da sala de aula, ser decisiva para o cumprimento ou incumprimento do trabalho autónomo; por outro, a definir estratégias de flexibilidade que permitam aos trabalhadores estudantes cumprir com êxito todas as tarefas associadas à disciplina; por outro ainda a aproveitar de forma efectiva as horas de acompanhamento tutorial e trabalho autónomo, organizando actividades e propondo tarefas a realizar fora da aula, nas 85 horas previstas (cf. III Métodos de ensino e avaliação).

No que respeita à organização do programa, o docente tem disponíveis diferentes opções estratégicas, igualmente defensáveis, e que, neste novo enquadramento, não foram ainda totalmente testadas.

Antes de mais, impõe-se a opção entre um programa que reflecta a tradicional separação entre a “história interna” e a “história externa” da língua e um programa que integre estas duas perspectivas, colocando o foco na primeira e funcionando a segunda como seu enquadramento.

Neste aspecto, tendo já tido a oportunidade de testar a primeira opção em diferentes contextos curriculares, considero que, sobretudo no actual quadro, em que as aulas são em número muito reduzido e de natureza teórico-prática, podendo embora, em termos científicos, defender-se esta separação, em termos pedagógicos e didácticos verifica-se que ela resulta pouco produtiva e mesmo algo artificial, optando-se, por isso, pela segunda das estratégias referidas.

Outra opção estratégica para a organização do programa é a que se prende com a abrangência dos conteúdos. Face à escassez de horas presenciais, a opção por uma selecção temática poderia parecer preferível, uma vez que, sacrificando embora a abrangência, teria a vantagem de permitir um maior aprofundamento dos conteúdos seleccionados. No entanto, tendo em conta as características dos actuais 1ºs ciclos, vocacionados para uma formação geral, a aprofundar em formações progressivamente mais especializadas, de 2º e 3º ciclos, e os próprios objectivos da disciplina, considera-se que a abordagem panorâmica, seguindo um fio cronológico desde as origens remotas da língua até ao português moderno, continua a ser a mais adequada, devendo reservar-se a abordagem temática para as formações de 2º e 3º ciclos.

Finalmente, coloca-se também no quadro das opções estratégicas a escolha do quadro ou quadros teóricos, que, como é sabido, não é inócua, pois, embora não altere o objecto em si, pode alterar substancialmente a forma como ele é percebido. Ao contrário das disciplinas sincrónicas descritivas, onde a filiação a um modelo teórico é quase inevitável, pelo menos ao nível do 1º ciclo, na História da Língua, o “estado da arte” demonstra que é possível e mesmo desejável chamar à colação contributos oriundos de distintos modelos teóricos, bem como de diferentes níveis de análise, que fatalmente interagem quando se aborda o percurso histórico de uma língua. Assim, no que respeita ao enquadramento teórico da disciplina, ele reflecte a pluridimensionalidade do “estado da arte”.

No que respeita às opções táticas, o desafio principal que se coloca à organização do programa é conseguir conciliar a atractividade com a abordagem panorâmica do percurso histórico da língua portuguesa num quadro em que um terço do trabalho é desenvolvido em aula e dois terços autonomamente pelo estudante.

Assim, partindo do princípio de que o truncamento de algumas matérias e o menor desenvolvimento de outras é inevitável, enformam o programa que a seguir se apresenta algumas opções táticas que importa realçar. Em primeiro lugar, opta-se por retirar do programa um ponto que tradicionalmente sempre dele fizera parte, sobre a geografia da língua portuguesa. Esta opção prende-se com o facto de que, embora pertinente como ponto de partida ou de chegada, consoante as opções dos docentes, dos programas de História da Língua, esta matéria, de natureza sincrónica, é normalmente abordada com algum desenvolvimento na disciplina de *Estudos Linguísticos I*, no ponto dedicado à variação linguística de natureza diatópica, pelo que é possível fazer apelo a esses conhecimentos sempre que necessário, sem lhes dedicar um ponto específico no programa. Por outro lado, estes conteúdos estão necessariamente subjacentes ao ponto II, 3 do programa, onde se aborda a expansão do português para territórios extra-europeus. Finalmente, esta opção tem a evidente vantagem de libertar algumas horas lectivas, o que vem reforçar o tempo dedicado às questões diacrónicas, centrais no programa, com reflexo essencialmente no tempo disponível para o trabalho com textos antigos, com destaque para os medievais, cuja estranheza e dificuldade para os estudantes aconselha alguma insistência que não é possível sem tempo.

Assim, ainda que fazendo apelo a conteúdos de diferentes naturezas estudados noutras disciplinas ao longo dos dois primeiros anos do curso, o programa incide apenas sobre a diacronia do português, numa perspectiva cronológica, dos antecedentes da sua formação histórica ao português actual, com excepção do primeiro ponto, introdutório, onde se abordam os aspectos teóricos e metodológicos específicos das disciplinas diacrónicas.

A abordagem panorâmica que se pretende fazer à história do português organiza-se em três grandes pontos, que tomam como base, não a periodização mais tradicional, mas sim os dois grandes ciclos evolutivos, de formação e expansão, delineados por Castro (2006: 74-78). Assim, o primeiro ponto aborda os antecedentes históricos da língua portuguesa, o segundo, o período da sua formação e o terceiro, o da sua expansão, elaboração e consolidação. Este último ponto foca essencialmente os séculos XVI a XVIII, opção que se prende, obviamente, com a importância do vulgarmente chamado “período clássico” na história da língua portuguesa, sendo certo que depois do século XVIII o português europeu já não sofreu alterações muito significativas.

A abordagem proposta é ilustrada pelo recurso a dados dialectais e, principalmente, a fontes escritas primárias, literárias e não literárias, com destaque para as não literárias, e, a partir do séc. XVI, também a fontes de natureza metalinguística, usadas como fontes primárias e secundárias.

2. Tópicos

I. Apresentação da disciplina:

1. Programa e bibliografia.
2. Sistema de avaliação.
3. Marcação de provas e horários de atendimento.

II. A língua no tempo:

1. Mudança linguística e diacronia.
 - 1.1. Linguística histórica e história da língua: problemas e métodos.
2. A periodização da história da língua portuguesa.
 - 2.1. Propostas de periodização.

III. A história da língua:

1. Antecedentes da formação histórica do português:
 - 1.1. Substratos.
 - 1.2. A romanização da Península Ibérica.
 - 1.3. Do “latim vulgar” aos romances peninsulares:
 - 1.3.1. Fenómenos de mudança.
 - 1.3.2. Superstratos e adstratos: as invasões germânicas e as invasões árabes.
 - 1.3.3. A situação linguística da Península no século VIII.

2. Formação do português:

2.1. A reconquista cristã e a constituição do espaço nacional da língua portuguesa.

2.2. Situação linguística nos séculos XIII e XIV.

2.2.1. Os mais antigos textos escritos em galego-português.

2.2.2. Caracterização linguística geral do português antigo.

2.2.3. Comentário linguístico de textos literários e não literários.

2.2.4. A separação do galego.

3. Expansão, elaboração e consolidação do português:

3.1. A expansão ultramarina dos séculos XV e XVI e as suas repercussões na língua portuguesa.

3.2. O português médio e a transição para o português clássico.

3.3. Situação linguística nos séculos XVI a XVIII.

3.3.1. Constituição de um corpus doutrinal vernáculo: os primeiros gramáticos, ortografistas e lexicógrafos.

3.3.2. Caracterização linguística geral do português clássico.

3.3.3. Comentário linguístico de textos literários e não literários.

3.4. O português moderno: breve caracterização linguística.

3. Conteúdos

I. Apresentação da disciplina (1 aula – 3 h):

1. Programa e bibliografia.
2. Sistema de avaliação.
3. Marcação de provas e horários de atendimento.

Este ponto, que é prévio, corresponde à primeira aula da disciplina. Mais do que fornecer informação sobre aspectos práticos do seu funcionamento, serve, sobretudo, para cativar os estudantes, demonstrando-lhes a necessidade e interesse das matérias a abordar. Assim, assume aqui particular importância a apresentação do programa, realçando-se a necessidade da perspectiva diacrónica como complementar da sincrónica, com a qual os estudantes se familiarizaram ao longo dos dois primeiros anos do curso.

A bibliografia é objecto apenas de referência sumária, realçando-se desde logo, da bibliografia geral, as obras de apoio ao estudante para cada ponto do programa.

O método de trabalho é delineado na generalidade, mas salientando-se que nem o professor nem o estudante deverão sentir-se demasiado constrangidos pelo programa e pela planificação das aulas, pois, embora o escasso número de horas da disciplina obrigue a algum rigor para que o programa possa ser efectivamente cumprido, considera-se essencial que o estudante possa participar nas aulas, o que naturalmente tem implicações no ritmo de execução, de acordo com a pertinência e com o interesse dos assuntos abordados em cada aula.

No que respeita ao sistema de avaliação, uma vez que o estudante já o conhece bem, insiste-se apenas nas vantagens da avaliação contínua, após o que se marcam as datas para as diferentes provas previstas.

Finalmente, marcam-se os horários de atendimento realçando-se a importância destes no acompanhamento tutorial do estudante, a par do atendimento *on line*.

II. A língua no tempo (2 aulas – 6 h):

1. Mudança linguística e diacronia.

1.1. Linguística histórica e história da língua: problemas e métodos.

2. A periodização da história da língua portuguesa.

2.1. Propostas de periodização.

O ponto II dos conteúdos: A língua no tempo é um ponto introdutório, dedicado à influência que o tempo exerce sobre as línguas e à forma como a Linguística, mas também a Filologia e a História, descrevem e explicam as suas consequências.

O ponto II, 1, dedicado às disciplinas diacrónicas, procura caracterizar a mudança como propriedade intrínseca da língua e proporcionar o contacto com o objecto e os métodos da Linguística Histórica e da História da Língua.

Assim, parte-se da constatação de que as línguas estão em permanente processo de mudança e de que todas as áreas da gramática podem mudar numa língua.

A partir destes factos, já conhecidos dos estudantes porque terão sido objecto de estudo ou de referência pontual nas disciplinas de linguística frequentadas nos anos anteriores, são apresentadas as disciplinas de Linguística Histórica, enquanto disciplina cujo objectivo é a descrição e estudo da mudança linguística, e de História da Língua, enquanto disciplina que aplica a uma língua concreta, neste caso à língua portuguesa, as teorias e métodos da Linguística Histórica, debruçando-se sobre os fenómenos de mudança ou permanência nessa língua, nos domínios fonético-fonológico, morfo-sintáctico, semântico e lexical.

A mudança linguística terá sido apresentada aos estudantes, em *Estudos Linguísticos I*, enquanto propriedade universal das línguas naturais, na origem, quer da diferenciação linguística ao longo do tempo, quer da variação, pelo que, no caso em apreço, a situação do português actual só pode ser adequadamente compreendida conhecendo a sua origem e evolução.

Assim, recorda-se que, enquanto instrumentos de comunicação, as línguas mudam naturalmente e em permanência, acompanhando a mudança das sociedades que as utilizam; e, por outro lado, que a mudança afecta todas as partes da gramática: nos seus aspectos estruturais – em parte devido às reanálises que cada geração de falantes faz durante o processo de aquisição, em parte devido a outros factores, nomeadamente a factores fisiológicos ou outros, nem sempre fáceis de identificar – bem como também no domínio do léxico – onde a mudança decorre essencialmente do contacto linguístico ou de novas realidades e necessidades da comunidade falante.

Lembra-se ainda que a permanência da mudança tem consequências importantes na relação entre a norma – “norma-padrão (modelo ideal)” e “norma-culta (modelo real, usado pelas camadas mais escolarizadas da sociedade)” (Mateus e Cardeira 2007: 23 e ss.) – e as restantes variedades de uma língua, a que os estudantes, muitos deles futuros professores, têm de estar particularmente atentos.

A norma-culta, muito próxima da norma-padrão no português europeu, funciona como língua oficial, sendo ensinada nas escolas, usada pelos indivíduos mais escolarizados e difundida, hoje, essencialmente pelos meios de comunicação social, no que à norma oral diz respeito; sendo a norma escrita, tradicionalmente mais codificada e menos flexível, actualmente mais permeável a outros géneros que não o literário (os “bons autores”).

Coincidindo sobretudo com uma variedade social e cultural – a das classes cultas e com maior prestígio e poder – a norma coincide, regra geral, em simultâneo, com uma variedade geográfica – correspondendo, no caso do português, às “zonas urbanas do litoral-centro, aproximadamente entre Lisboa e Coimbra” (Raposo *et alii* 2013, I: XXV). No entanto, considerando-se as variedades dialectais actuais como resultado natural da mudança, fica claro que os factores que determinam a elevação de uma delas ao estatuto de “português-padrão, e também variedade (ou variante) culta do português” (*idem, ibidem*) não são naturalmente de natureza linguística; nem poderiam sê-lo, uma vez que, nesta perspectiva, todas as variedades têm exactamente o mesmo valor, sendo, de facto, tal distinção determinada por factores históricos, políticos, sociais e culturais, e não por factores linguísticos. O mesmo se passa, aliás, com as variedades diastráticas.

Por outro lado, estando as línguas em mudança permanente e apresentando diferentes factores de variação sincrónica, de natureza geográfica, social e individual,

verifica-se que determinadas inovações consideradas não aceitáveis numa determinada sincronia desencadeiam frequentemente processos de mudança que, com grande probabilidade, após um período de coexistência entre a forma antiga e a inovação, conduzem a que as inovações se sobreponham às formas antigas e passem a integrar a norma, sendo, no entanto, também possível que regridam e não cheguem a impor-se.

Assim, apelando a conhecimentos já adquiridos, chama-se sobretudo a atenção para o facto de que, não só a identificação da norma com uma determinada variedade diatópica e diastrática não tem fundamento linguístico, e, muito menos, corresponde a uma valoração qualitativa desta variedade (uma vez que, numa perspectiva estritamente linguística, todas as variedades têm o mesmo valor) como, tão pouco, tal variedade é, ela própria, homogénea e estável, mantendo, no entanto, uma função aglutinadora essencial enquanto factor de unidade na diversidade linguística, com reflexos positivos na coesão, estabilidade e identidade sociais.

No contexto específico da História da Língua Portuguesa, importa, pois, enfatizar que, não só a noção de norma não é qualitativa, como não é imutável, antes acompanha, naturalmente, a mudança linguística. É, por isso, de extrema importância, para os estudantes em geral e para os futuros professores em particular, compreender as relações entre a norma e os instrumentos que a descrevem e fixam, por um lado, e a mudança e a variação, por outro, sendo certo que o equilíbrio entre a necessidade de um modelo, enquanto factor de unidade de uma língua, e os factores de diversidade representados pela mudança e pela variação só pode ser adequadamente compreendido com base no conhecimento e compreensão destes fenómenos.

São igualmente apresentados neste ponto do programa os problemas levantados pela natureza destas disciplinas e os métodos conjecturais nelas usados: a reconstrução, baseada em variedades modernas, e a exploração de fontes escritas, literárias e não literárias, chamando a atenção para as dificuldades deste último método, devido à natureza das fontes, e para a necessidade de recurso a disciplinas auxiliares da História e da Filologia que concorrem para o seu processo de tratamento filológico (paleografia, diplomática, codicologia, bibliografia material, crítica textual).

A este propósito, lembram-se as principais características do modo de representação escrito das línguas e a sua relação com o modo oral, constatando-se que o escrito é um modo de codificação do oral e, como tal, secundário, pelo que os dados

obtidos pela exploração deste tipo de fontes devem ser analisados com particular cautela.

No entanto, a Linguística Histórica e a História da Língua, enquanto disciplinas diacrónicas, lidam com a inevitabilidade do uso de fontes escritas. Tal condicionalismo – sobretudo desde que, no início do séc. XX, com a dicotomia saussureana língua/fala, se estabeleceu o primado do oral sobre o escrito, passando a considerar-se o primeiro o objecto privilegiado da descrição linguística – tem sido visto como uma limitação, inclusive pelos próprios linguistas históricos.

Depois do séc. XIX, inteiramente dominado pela Linguística Histórica, a dicotomia saussureana língua/fala veio abrir caminho a novos rumos de investigação linguística que tomam o oral como objecto. Não poderia, aliás, ter sido de outro modo, uma vez que a nova linguística, sincrónica e descritiva, dispunha desse tipo de fonte, que, naturalmente, quando disponível, é a fonte ideal, uma vez que não restam dúvidas em relação à natureza primária, dinâmica e não regulamentável deste modo de representação das línguas face ao carácter secundário, estático e regulamentável da escrita.

É importante ter em conta que a língua que a criança adquire, sem necessidade de ensino explícito, é a falada, que, além disso, é comum a todas as comunidades humanas, enquanto a escrita não é naturalmente adquirida, necessita de ensino activo e não existe em todas as línguas, verificando-se também que, na história dos sistemas de escrita, além de recente, nem sempre a escrita existiu como representação do oral (os sistemas pictográficos e ideográficos dos Sumérios e dos Egípcios, por exemplo, não tinham qualquer relação com a língua falada).

Por outro lado, a língua falada está constantemente sujeita à mudança e não é passível de alteração por decreto, sendo sempre os falantes quem determina a mudança; já a escrita, independentemente das mudanças na oralidade, perdura enquanto as instituições que, em cada comunidade, têm o poder de legislar nestas questões o entenderem e, além disso, pode ser alterada por decreto, como acontece, por exemplo, nos acordos e reformas ortográficos.

Não restam, pois, dúvidas de que a Linguística sincrónica tem o privilégio de ter à sua disposição os melhores dados; já a Linguística diacrónica convive com a

inevitabilidade do uso de “maus dados”, como bem reconheceu Labov quando definiu a Linguística Histórica como "a arte de fazer o melhor uso de maus dados" (Labov 1994: 11) ou, mais recentemente, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008), quando subintitulou a sua obra, sobre os caminhos da Linguística Histórica, “ouvir o inaudível”.

Assim, a natureza das disciplinas diacrónicas e a conseqüente necessidade de usar documentação escrita como fonte exigem, antes de mais, a consciência da relação que, nos sistemas de escrita modernos, em geral, e nos sistemas alfabéticos, em particular, se estabelece entre estes dois modos de representação das línguas, relacionados, mas com princípios de funcionamento distintos.

É certo que a exploração de fontes escritas não é o único método (conjectural) usado quando se estudam estados passados de uma língua. A reconstrução, com base na comparação entre variedades modernas geneticamente derivadas daquela que é objecto de estudo, é igualmente um método importante nos estudos diacrónicos, sendo, neste caso, possível o recurso ao oral como fonte. No entanto, o uso de fontes escritas, primárias e, a partir do séc. XVI, também não primárias, é, sem dúvida, da maior importância, colocando-se, neste caso, dois tipos de problemas: por um lado, os decorrentes do carácter secundário do escrito face ao oral, que transcreve de forma muito imperfeita, verificando-se uma correspondência não biunívoca entre grafema e som e entre os acentos e sinais de pontuação e os aspectos prosódicos que transcrevem, nomeadamente, acento fónico, pausas e entoação; por outro, os problemas de tratamento e disponibilização de fontes escritas.

Assim, o primeiro dos problemas apontados prende-se com a análise das fontes, que tem necessariamente de ter por base um conhecimento sólido das características e relacionamento dos modos de representação oral e escrito da língua. Não restam dúvidas de que o texto, produto escrito (logo, uma codificação secundária do oral) de um escritor concreto, num determinado estilo, numa dada situação e num determinado momento, isto é, num determinado contexto, não pode ser encarado como documento com valor absoluto de um estado pretérito da língua, pelo menos no que à oralidade diz respeito. No entanto, ainda que de forma não absoluta e obrigando, por isso, a um extremo cuidado na sua interpretação, a documentação escrita fornece informação relevante sobre a língua oral e também sobre a língua escrita da época em que foi redigida, como reconhece Clarinda Maia, a propósito dos documentos notariais por ela

estudados (Maia, 1986: 950): “...embora os documentos notariais de carácter particular não sejam um espelho fiel, uma reprodução da linguagem local, eles deixam transparecer certos factos da linguagem falada da época. Uma interpretação crítica desses documentos [...] permitiu compreender a verdadeira natureza da língua escrita dos documentos não literários da Idade Média e manifestou ser impossível uma plena reconstrução dos estados pretéritos da língua. Tratando-se de uma linguagem escrita, e além disso, de carácter bastante artificial, a linguagem desses documentos medievais nunca reflecte fielmente a linguagem falada da época e da região a que se referem; apesar disso, pode considerar-se extraordinariamente importante o seu contributo para o conhecimento da língua durante o período medieval”.

Por este motivo, assume particular relevância para o estudante de História da Língua o contacto com as fontes (em reprodução fotográfica, edição convencional ou *on line*) e o exercício de reconhecimento das características e relações particulares entre oral e escrito que se estabelecem em cada texto, bem como das limitações e consequentes cautelas a ter na interpretação dos dados por eles fornecidos.

O segundo problema é prévio e prende-se com a disponibilização e tratamento das fontes escritas usadas pelo linguista histórico. Dependendo os estudos diacrónicos, em grande parte, deste tipo de fontes, é de particular relevância que estas sejam tão abundantes quanto possível e que, após a necessária “filtragem filológica” (Castro 2006: 82), sejam disponibilizadas a um público, não necessariamente apenas de investigadores, tão vasto quanto possível, em versão papel ou, cada vez mais, em versão electrónica, utilizáveis pelos linguistas.

Efectivamente, as virtualidades dos meios electrónicos vieram revolucionar também o domínio da disponibilização e tratamento de fontes escritas, permitindo, não apenas o acesso fácil e generalizado, mas também diversas possibilidades de manipulação e conversão do texto em vários formatos e diversas funcionalidades de pesquisa. São hoje possíveis “edições dinâmicas” que, além da imagem do original, apresentam uma edição diplomática, e eventualmente também uma edição modernizadora, dos textos, assim como uma série de funcionalidades de pesquisa. Ainda assim, na era digital, disponibilizar, em meio electrónico, fontes dotadas de valor (meta) linguístico é tarefa que continua a não dispensar uma série de operações filológicas mais

tradicionais, bem como o recurso a disciplinas como a paleografia, a codicologia, a bibliografia material e a crítica textual.

Em 1986, Ivo Castro considerava que a Linguística Histórica em Portugal tinha um século de atraso e padecia da “falta de continuidade do trabalho de cabouqueiro e da irregularidade da publicação das fontes, do desastre que foi nunca se ter implantado entre nós uma crítica textual profissionalizada, do muito trabalho de campo e de arquivo que ainda é preciso fazer...”. Por este motivo, concluía que “A nossa geração deverá gastar-se ainda em monografias. O tempo das sínteses e dos manuais virá depois” (Castro 1986: 16).

Em 2003, porém, António Emiliano transmitia já uma visão bem mais optimista sobre este estado de coisas (Emiliano 2003c: 310): “I think it is reasonable to say that this first decade of a new century, whatwith (sic) the research undertaken by both Castro’s generation and an ensuing new generation of scholars the past 15 years, the time for general overviews (“sínteses”) of the medieval period of the History of the Portuguese Language seems indeed to be steadily and unfailingly approaching”.

Na verdade, muito foi feito nos últimos vinte e cinco anos em matéria de descoberta, disponibilização e tratamento de fontes e o tempo provou que Emiliano estava certo ao prever que estavam a ser criadas as condições para que pudesse chegar “o tempo das sínteses”. No entanto, e apesar do muito e importante trabalho desenvolvido neste domínio, muito há ainda a fazer, em particular para os textos posteriores ao período medieval e, em muitos aspectos, as palavras “pessimistas” de Ivo Castro, em 1986, mantêm-se actuais.

É neste sentido que despertar os estudantes para este problema e desenvolver neles competências relativas ao conhecimento da memória textual da língua portuguesa e à sua valorização é um dos objectivos específicos da disciplina.

No final da aula dedicada a este sub-ponto, os estudantes são convidados a realizar como trabalho autónomo, além das leituras indicadas, a recolha de referências à especificidade de objectos e métodos da Linguística Histórica e da História da Língua, sendo o acompanhamento destas tarefas e discussão de resultados feito no período de acompanhamento tutorial.

O ponto II, 2 é dedicado ao problema da periodização da língua, principais propostas e respectivas limitações.

Apresentam-se e discutem-se aqui as principais propostas e contributos para a questão da periodização: Leite de Vasconcelos, Serafim da Silva Neto, Pilar Vázquez Cuesta, Lindley Cintra, Ivo Castro e Esperança Cardeira, comentando criticamente a terminologia e as balizas cronológicas adoptadas. A diversidade, visível no confronto entre as propostas tradicionais (cf. Castro 2006: 73 e ss.) é enfatizada com o objectivo de demonstrar que, apesar das achegas muito significativas que, nos últimos anos, autores como Castro e Cardeira trouxeram a esta questão, a periodização da História da Língua Portuguesa permanece em aberto, porquanto, ainda que útil, qualquer periodização é sempre uma abstracção.

Assim, das propostas mais antigas, faz-se uso das designações e balizas propostas por Lindley Cintra, nomeadamente, as de português antigo (dos primeiros textos, nos sécs. XII/XIII, à mudança de dinastia e todas as convulsões, políticas, militares, económicas e sociais que lhe estão associadas, no séc. XIV), médio (do séc. XIV/XV até ao aparecimento da primeira gramática, no séc. XVI), clássico (do aparecimento da primeira gramática, no séc. XVI, até às grandes convulsões políticas, económicas e sociais do séc. XVIII) e moderno (depois do séc. XVIII).

A diversidade e a vaguidade das balizas, comuns a todas as propostas, são eloquentes, pelo que se salientam as virtualidades da proposta de Castro (2006) – que não constitui uma nova proposta de periodização, mas antes uma abordagem diferente desta questão – de uma divisão em dois grandes ciclos, correspondentes aos dois grandes movimentos da língua: formação e expansão, que estão na base da estruturação do programa.

Ressalta-se também a contribuição de Cardeira (2005) no que respeita à redefinição do estatuto tradicional do português médio, doravante encarado como uma fase decisiva na evolução da língua portuguesa e não como uma mera fase de transição. A este propósito, as visões tradicionais são ilustradas com autores como Castro (1991), Maia (1995) ou Bechara (1991), que têm em comum a consideração do português médio como um longo período de transição, que se estenderia da segunda metade do séc. XIV à primeira metade do séc. XVI, seguindo a periodização tradicional de Cintra, e que se caracterizaria pela coexistência de traços conservadores e de traços inovadores. Por

oposição a estas, apresenta-se a visão de Cardeira, que, por um lado, confere uma nova importância ao português médio e, por outro, altera as balizas cronológicas tradicionalmente estabelecidas para este período. Assim, ao considerá-lo uma fase “crítica”, durante a qual se resolvem vários processos evolutivos decisivos na feição futura da língua portuguesa, altera-lhe o estatuto, de uma mera fase de transição para uma fase plena, idêntica em relevância às restantes; por outro lado, ao considerar que o português médio é, na verdade, um período extremamente curto, abarcando apenas a primeira metade do séc. XV, que abre o ciclo da expansão da língua, altera-lhe profundamente as balizas cronológicas, tornando-se relevante a distinção entre o português médio propriamente dito e as duas “franjas de separação” que o antecedem e seguem: a primeira coincidindo com a segunda metade do séc. XIV, em que o português se separa definitivamente do galego e estão já em marcha os processos evolutivos que culminarão no português médio; a segunda abrangendo a segunda metade do séc. XV, esta sim uma fase de transição para o português clássico, em que os referidos processos se estabilizam.

No final da aula dedicada a este ponto do programa, os estudantes são convidados a realizar como trabalho autónomo, além das leituras indicadas, uma síntese descritiva, comparativa e crítica das diferentes contribuições abordadas para a questão da periodização da história da língua portuguesa, sendo este trabalho acompanhado e discutido no período de acompanhamento tutorial.

Materiais e textos de apoio:

-*Power-points* apresentados em aula e posteriormente disponibilizados aos estudantes.

-Referências bibliográficas:

BECHARA 1991; BORGES *et alii* 2012; BYNON 1977; CAMBRAIA 2005; CARDEIRA 2005; CASTRO 2006, 1995b, 1991; CEIA 2010 (www.edtl.com.pt); DUARTE 1997; HOCK 1996, 1986; MAIA 1999, 1986; MARQUILHAS 2010 (www.edtl.com.pt), 1996; MATEUS 2005; MATEUS e CARDEIRA 2007; ORDUNA 2005; PÉREZ PRIEGO 1997; PONS RODRIGUEZ 2006; SPAGGIARI & PERUGI 2004.

III. A história da língua (12 aulas – 36h):

O ponto III dos conteúdos: A história da língua, pretende traçar um quadro geral da diacronia do português e organiza-se, tomando como base a perspectiva defendida por Castro (2006), em três grandes pontos: o primeiro dedicado aos antecedentes da formação, o segundo ao ciclo da formação e o terceiro ao ciclo da expansão, acompanhado de uma elaboração e consolidação em território continental, com referência, necessariamente breve, a algumas mudanças ocorridas depois do séc. XVIII. Atendendo ao escasso número de horas lectivas disponíveis, opta-se, em cada um dos três pontos, por uma síntese panorâmica alargada, sem pretensões de exaustividade.

1. Antecedentes da formação histórica do português (4 aulas – 12h):

1.1. Substratos.

1.2. A romanização da Península Ibérica.

1.3. Do “latim vulgar” aos romances peninsulares:

1.3.1. Fenómenos de mudança.

1.3.2. Superstratos e adstratos: as invasões germânicas e as invasões árabes.

1.3.3. A situação linguística da Península no séc. VIII.

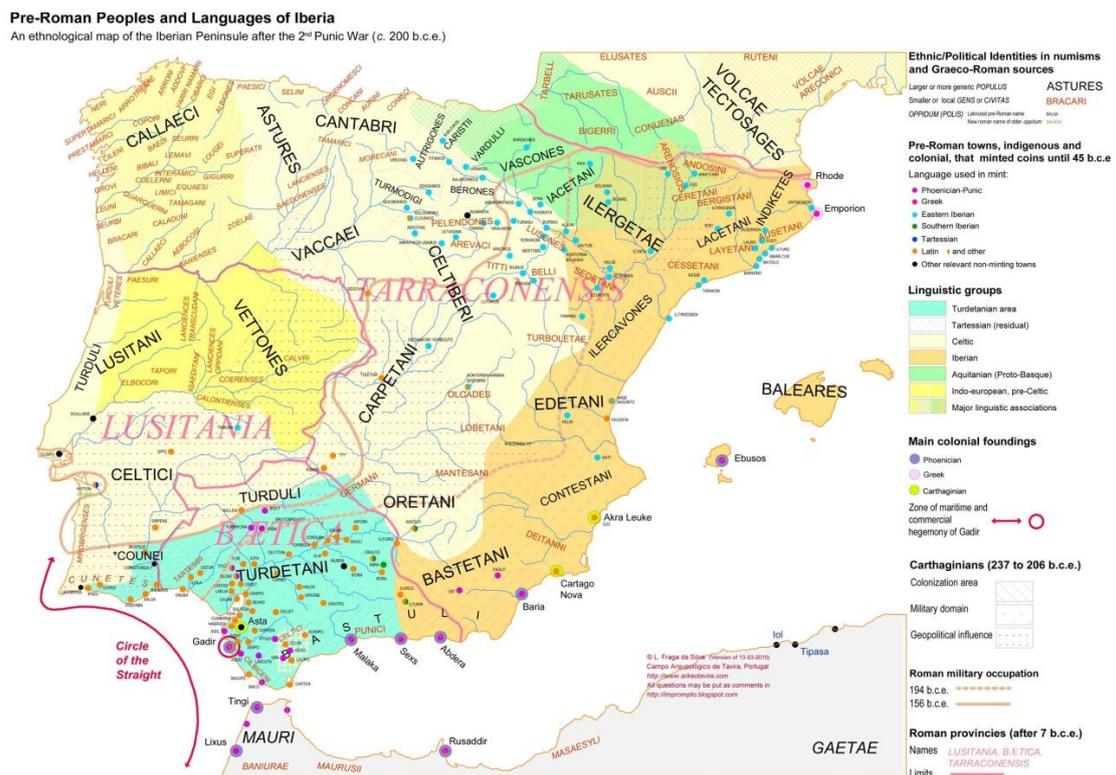
O ponto III, 1, dedicado aos antecedentes da formação histórica do português, tem como objectivo fornecer uma panorâmica do processo de diferenciação do latim que conduziu à formação dos romances peninsulares e à formação do galego-português, em particular.

Assim, começa-se pela apresentação do mapa linguístico da Península Ibérica à chegada dos Romanos e mostra-se brevemente em que medida as línguas pré-romanas da Península poderão ter influenciado o latim desta região do Império. Introduce-se aqui a noção de substrato (Câmara 1975), avaliando as suas possíveis fontes:

- inscrições;
- topónimos;
- antropónimos;
- vestígios arqueológicos;
- notícias históricas,

formas e possíveis influências, essencialmente:

- no léxico comum, como *chaparro*, atribuído ao substrato ibero;
- e em topónimos, como *Conimbriga*, atribuído ao substrato celta.



Mapa 1: Povos pré-romanos e línguas da Ibéria c. 200 a.C. Disponível em: <http://www.arkeotavira.com/Mapas/Iberia/Populi.htm>.

Enfatizam-se, no entanto, as muitas dúvidas que as chamadas "teses" de substrato – que explicam a individualização do português como consequência do contacto do latim com línguas pré-romanas (cf., a título de exemplo, as teses clássicas de Baldinger (1972, Cap.7) – colocam actualmente, o que se justifica, no essencial, pela insuficiência de dados que permitam uma adequada caracterização das línguas pré-romanas e das condições específicas do seu contacto com o latim.

Seguindo um fio cronológico e com vista à contextualização histórica do surgimento do romance galego-português, aborda-se, em seguida, a romanização da Península Ibérica, nomeadamente a sua cronologia (cujo marco inicial é a ocupação de Tarragona, em 218 a.C., um dos episódios da segunda Guerra Púnica) e tipos (povoamento menos culto e latim mais inovador na Hispânia Citerior (197 a.C.), depois Tarraconense (27 a.C.) e finalmente dividida em Galaecia, Tarraconense e Cartaginense (284 d.C.) / povoamento mais culto e latim mais conservador na Hispânia Ulterior (197 a.C.), depois dividida em Lusitânia e Bética (27 a.C.)) e o processo de imposição do latim como aspecto central do processo de romanização.

Partindo da afirmação de Castro (2006: 47) de que “A história do português começa como um capítulo da história do latim”, define-se o conceito de latim vulgar (Herman 1975), distinguindo-o do latim literário e apresentando brevemente as suas vias de penetração (nordeste e sul) e fontes:

- obras gramaticais, como a *Appendix Probi*;
- inscrições monumentais e graffiti, como os de Pompeios (79 d.C.);
- cartas pessoais;
- obras técnicas (tratados de culinária, de arquitectura);
- obras literárias onde se retrata o falar das classes baixas,

sem deixar de salientar a escassez destas últimas.

Atendendo a que é esta a forma do latim que está na origem, não apenas do português, mas, como é já do conhecimento dos estudantes, de um grupo alargado de línguas que, além do português, integra também o castelhano, o francês, o galego, o catalão, o italiano, o provençal e o romeno, aproveita-se este momento para chamar a

atenção para a forma como estas línguas resultam de um processo que implica, em simultâneo, continuidade e diversificação em relação ao latim que lhes está na origem.

Enquadrar o processo de diferenciação do português no contexto românico implica, em primeiro lugar, referir as principais mudanças linguísticas sofridas pela língua latina que estão na base dos sistemas românicos em geral, os chamados fenómenos pan-românicos, e do sistema português em particular, individualizando-o face aos restantes e particularmente face aos restantes romances ibéricos.

Assim, começando pelos fenómenos de natureza fonético-fonológica, destacam-se os seguintes:

- Apócope da marca de acusativo, no sistema nominal (ex. REGINA[m] > REGINA);
- Apócope da marca de terceira pessoa do singular do presente do indicativo, no sistema verbal (ex. AMA[t] > AMA);
- Apócope de [e] precedido de consoante líquida ou nasal que possa fechar sílaba (ex. ANIMAL[e] > ANIMAL; AMAR[e] > AMAR; PAN[e] > PAN);
- Consonantização de vogais em hiato (ex. [i]USTUS > [j]USTUS > [dʒ]USTUS > [ʒ]USTUS; [u]INEA > [w]INEA; [β]INEA > [v]INEA);
- Prótese de [e] em grupos consonânticos iniciais (ex. [sp]ECULU > [esp]ECULU);
- Assimilação nos grupos consonânticos: RS > SS > S; PS > SS > S; NS > SS > S e MN > NN > N (ex. PE[rs]ONA > PE[ss]ONA > PE[s]ONA; I[ps]U > I[ss]U > I[s]U; ME[ns]A > ME[ss]A > ME[s]A; *DO[mn]US > *DO[n]US > *DO[n]US);
- Semivocalização de vogais em hiato (ex. PAL[e]A > PAL[j]A);
- Palatalização nos grupos:
 - Tj; Kj; Ke,i em [tʃ] > [ts] > [s] (ex. FA[kj]O > FA[kj]O > FA[tʃ]O > FA[tʃ]O > FA[ts]O > FA[s]O);

- Dj, Gj; Ge,i em [dʒ] > [ʒ] (ex. [g]ENTE > [dʒ]ENTE > [ʒ]ENTE);
- Lj em [λ] (ex. FI[li]U > FI[lj]U > FI[λj]U > FI[λ]U);
- Nj em [ɲ] (ex. SE[ni]ORE > SE[nj]ORE > SE[ɲj]ORE > SE[ɲ]ORE);
- Generalização do acento de intensidade e evolução do vocalismo tónico de um sistema com três graus de abertura e duas séries, uma breve e uma longa, para o sistema romance, com quatro graus de abertura e sem distinção de quantidade (Ī > /i/; Ĩ, Ē > /e/; Ĕ > /ɛ/; Ā, Ă > /a/; Ō > /ɔ/; Ō, Ū > /o/; Ū > /u/).
- Monotongação dos ditongos AE e OE (ex. C[aj]CU > C[ɛ]go; P[oj]NA > P[e]na).
- Síncope da vogal pós-tónica dos proparoxítonos latinos (ex. OC[u]LU > OCLU);
- Fricatização e síncope das consoantes oclusivas sonoras intervocálicas (ex. CRE[d]O > CRE[ð] O > CREO);
- Sonorização das consoantes oclusivas surdas intervocálicas (ex. FO[k]US > FO[g]US);
- Simplificação das consoantes oclusivas duplas intervocálicas (ex. GU[tt]A > GU[t]A).
- Semivocalização do primeiro elemento em grupos consonânticos (ex. NO[k]tE > NO[j]tE);

Dos fenómenos abordados, merecem particular destaque dois, que se considera marcarem o início do ciclo de formação da língua portuguesa, por constituírem inovações específicas do território inicial da *Galaecia Magna* e que, doravante, a par de traços conservadores como a manutenção sem ditongação de Ĕ e Ō tónicos latinos (ex. t[ɛ]rra, pt. / t[jɛ]rra, esp.; f[ɔ]rte, pt. / f[wɛ]rte, esp.), individualizarão esta variedade linguística, o galego-português, face às outras línguas românicas e, em particular, face às restantes variedades peninsulares, com destaque para o castelhano:

- Evolução dos grupos consonânticos PL, CL e FL para [tʃ] (ex. [pl]UVIA > [tʃ]UVIA >; [kl]AVIS > [tʃ]AVIS; [fl]AMA > [tʃ]AMA;
- Síncope de L e N em posição intervocálica (ex. MALU > M[au] ; TENER > T[ee]R).

No que respeita aos aspectos de natureza morfo-sintáctica, analisam-se essencialmente o desaparecimento do género neutro, das declinações e dos casos latinos e as suas consequências na formação dos sistemas românicos e, de uma maneira geral, a transformação da gramática sintética do latim (que usava as desinências casuais, a par das preposições, como marcadores de função sintáctica) na gramática analítica das línguas românicas (que, além das preposições, em maior número, passa a usar a posição das palavras na frase como marcador de função sintáctica):

“Pouco restou das declinações do latim clássico em latim vulgar. A quarta e a quinta declinações, o género neutro e todos os casos, salvo o nominativo e o acusativo, desapareceram. Com a desapareção do nominativo em português, a distinção casual terminou. Apenas a flexão de número permaneceu.

A forma oriunda do acusativo latino passou a exercer a função de sujeito, de objecto de um verbo e de objecto de uma preposição.” (Williams 1991: 123).

Exemplifica-se com frases simples, em latim e em português, e com casos como os do comparativo (ex. *certior > certior quam > magis certus quam / mais certo que*) e superlativo (ex. *eruditissimus > magis eruditus / o mais erudito*), o da passiva (ex. *amantur > ser flex. + part. pass. de amar flex.*) ou o de formas verbais como as do futuro (ex. *amabo, is... > amar (inf.) + pres. do indic. de haver flex.*).

Além das características do latim vulgar na base da formação das línguas românicas, destacam-se também as influências de superstrato e de adstrato, começando-se pela definição dos respectivos conceitos (Câmara 1975).

No caso das influências de superstrato, fornece-se um quadro histórico da implantação dos Suevos (desde 411) e dos Visigodos (desde 574) na Península Ibérica e apresentam-se as suas possíveis influências linguísticas.

No que respeita ao papel dos Suevos, irrelevante ao nível da influência da sua língua sobre o português, merece destaque o papel decisivo que tiveram – ao isolar o canto noroeste da Península, correspondente, *grosso modo*, à *Galaecia Magna* – na diferenciação das línguas ibero-românicas ocidentais e do galego-português em particular, criando as condições adequadas ao desenvolvimento de características próprias nesta região.



Mapa 2: Reino Suevo. Gráfico do Museu Arqueológico de Braga. Disponível em: <http://algarvivo.com/arqueo/visigotico/suevos.html>.

No caso dos Visigodos, destacam-se, em concreto, as influências ao nível do léxico (Piel 1989; Meier 1961), ressaltando as diferenças entre os germanismos incorporados pelo latim ao longo da sua história e trazidos para a Península (ex. *carpa*, *coifa*), os visigotismos (toponímia, antroponímia e léxico comum), incorporados no período de domínio visigodo (ex. *Guimarães*, *Sendim*, *Álvaro*, *Fernando*, *bando*, *espia*) e elementos germânicos integrados mais tardiamente, já no português, através do francês (ex. *jardim*, *trégua*).



Mapa 3: O reino visigótico de Toledo.

Disponível em: <http://www.celtiberia.net/verimg.asp?id=584>.

No caso das influências de adstrato, começa-se por apresentar um quadro da situação política e linguística da Península Ibérica no início do séc. VIII: politicamente unificado sob o domínio visigodo, mas linguisticamente dividido em dois romances, setentrional e meridional, herdeiros da antiga divisão entre o latim meridional, mais conservador, e o latim setentrional, mais aberto a inovações; mostrando-se também

como, no norte da Península, o romance setentrional começava a fragmentar-se nos vários romances peninsulares, podendo prever-se que, no sul, o quadro fosse semelhante.

Em seguida, mostram-se as consequências das invasões árabes sobre este quadro, no domínio político-social e no domínio linguístico, salientando o papel que terão desempenhado na obliteração das eventuais variedades que estivessem a surgir no sul. Efectivamente, o domínio muçulmano no sul, o Andaluz, onde passaram a conviver vários grupos sociais em tudo diferentes entre si (árabes, mouros ou berberes, hispano-godos convertidos ao islamismo, hispano-godos não convertidos, os moçárabes, e judeus), veio acentuar ainda mais a diferença norte/sul, daí resultando um mapa compartimentado a norte, onde o domínio árabe não chegou, e unificado sob o domínio político árabe a sul, desconhecendo-se hoje totalmente as eventuais divisões que seguramente existiriam no grande e certamente complexo bloco linguístico conhecido por romance moçárabe.



Mapa 4: Situação linguística da Península Ibérica c. do ano 1000. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=A8Cepppm5aE>.

Partindo do conceito de romance moçárabe, entendido como o conjunto das línguas romances, interferidas pelo árabe, das populações hispano-godas ou hispano-romanas não convertidas que permaneceram no sul ocupado, apresentam-se, então, as suas principais fontes:

- *hardjas*;
- toponímia (ex. *Mértola*);
- formas dialectais (ex. *canito*, nos dialectos do centro interior e sul).

Quanto às características deste romance, salienta-se o carácter fortemente conservador, manifesto:

- na preservação de -T final, sonorizado, nas formas verbais de terceira pessoa singular (ex. *garid*);
- na preservação de -E final depois de consoante líquida (ex. *male*);
- na não sonorização das surdas intervocálicas (ex. *boyata*);
- na preservação de PL- inicial (ex. *plantain*);
- na preservação de -L- e -N- intervocálicos (ex. *volarei, contener*),

As influências linguísticas do árabe são sensíveis, também neste caso, essencialmente ao nível do léxico (Piel 1989).

O quadro linguístico da Península depois das invasões árabes serve de contextualização ao ponto seguinte, dedicado ao ciclo de formação da língua, que se desenrola a partir deste quadro, acompanhando o movimento da reconquista cristã e dos romances setentrionais para sul, onde viriam a sobrepor-se ao romance moçárabe, não tendo restado dele mais do que os vestígios referidos.

Ao longo das aulas dedicadas a este ponto do programa, os estudantes são convidados a realizar como trabalho autónomo, além das leituras indicadas, exercícios sobre os fenómenos fonéticos estudados e análise de algumas fontes do latim vulgar e

do romance moçárabe. O trabalho prático de análise de fontes e os exercícios de evolução fonética, com base em textos e enunciados fornecidos em aula, é realizado essencialmente no período de acompanhamento tutorial.

Materiais e textos de apoio:

-*Power-points* apresentados em aula e posteriormente disponibilizados aos estudantes.

- Textos de trabalho (cf. p. 101).

-Referências bibliográficas:

BALDINGER 1972; CÂMARA 1975; CASTRO 2006; DIAZ y DIAZ 1950; HERMAN 1975; HUBER 1986; LAUSBERG 1974; MATTOSO 1992; MEIER 1961, 1948, 1943; NETO 1992, 1977; NUNES 1989; PIEL 1989; TEYSSIER 1987; VÄÄNÄNEN 1988; WARTBURG 1952; WILLIAMS 1991.

2. Formação do português (4 aulas – 12h):

2.1. A reconquista cristã e a constituição do espaço nacional da língua portuguesa.

2.2. Situação linguística nos séculos XIII e XIV.

2.2.1. Os mais antigos textos escritos em galego-português.

2.2.2. Caracterização linguística geral do português antigo.

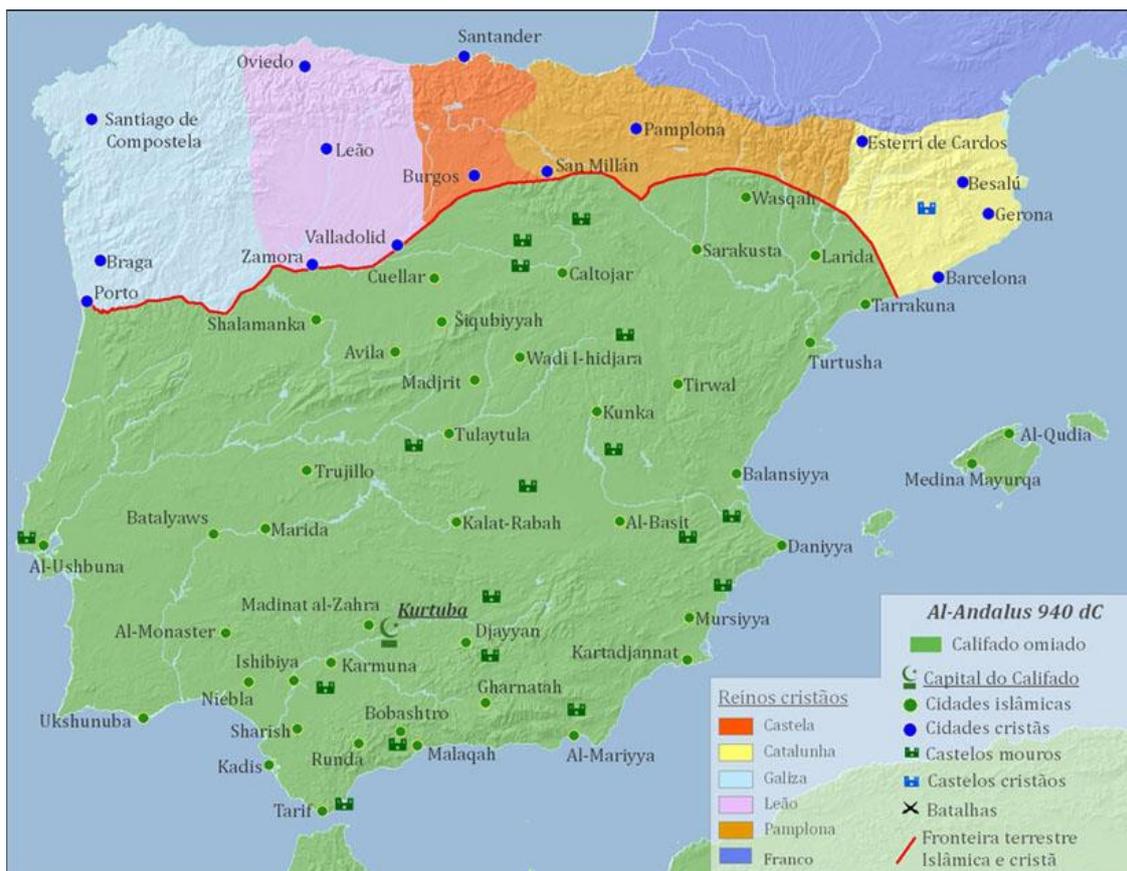
2.2.3. Comentário linguístico de textos literários e não literários.

2.2.4. A separação do galego.

O ponto III, 2, dedicado ao período de formação da língua, abarca *grossa modo* a fase normalmente designada por português antigo, segundo Cintra. No entanto, porque

consideramos na organização do programa, não a periodização tradicional de Cintra, mas a divisão em ciclos proposta por Castro, o estado da língua que se procura descrever aqui começa alguns séculos antes, no período em que, a nível linguístico, alguns fenómenos fortemente individualizadores começam a afastar o galego-português do latim e dos restantes romances peninsulares nascentes (note-se, por exemplo, que a síncope de -N- está já atestada no texto (latino) mais antigo conservado da área portuguesa, a escritura de fundação da igreja de Lardosa, datada de 882), e, a nível político, a reconquista cristã inicia o processo de expansão para sul trazendo consigo o galego-português e vai até ao momento em que o português, já separado do galego, inicia a sua expansão para um outro sul, o ultramarino. Abarca, por isso, também o período a que Leite de Vasconcelos e Serafim da Silva Neto chamaram período proto-histórico, durante o qual, se é certo que o galego-português já existiria na oralidade como variedade diferenciada do latim, ainda não possuía modo de representação escrito.

Assim, a partir da análise da situação linguística da Península Ibérica no período de domínio árabe, apresentada no ponto anterior, mostra-se como a reconquista cristã, a partir do séc. IX, acompanha o “ciclo da formação da língua” (Castro 2006: 74ss), durante o qual o galego-português do norte é transplantado para sul e como, no séc. XII, ganha um espaço nacional com a formação do reino de Portugal (cuja independência é reconhecida em 1143), uma forma escrita, a partir de meados do séc. XII ou inícios do séc. XIII, e, pela mesma época, começa a afastar-se do galego, podendo considerar-se já definitivamente separado dele a partir do final do séc. XIV ou início do séc. XV, coincidindo com o final do ciclo da formação da língua.



Mapa 5: A reconquista cristã c. do ano 940. Disponível em:

<http://explorethemed.com/ReconquistaPt.asp?c=1>.

No que respeita ao período correspondente aos sécs. XIII e XIV, isto é, ao português antigo, considera-se, salvaguardando sempre a natureza simbólica destas balizas, que ele é marcado, no seu início, pelo aparecimento dos primeiros textos escritos e, no seu final, pela separação do galego, a par de outros fenómenos político-sociais ocorridos na mesma época e usados por Cintra como *terminus ad quem* do período em causa.

A questão dos primeiros textos retoma a problemática das fontes da história da língua portuguesa e é por esse prisma que se inicia a sua abordagem, com referência às características gerais e valor enquanto fonte da documentação latina, latino-portuguesa e portuguesa.

Os textos mais antigos escritos em português merecem uma atenção particular, que se justifica pelo seu valor, mas também pelas descobertas mais recentes e pela

polémica que as tem envolvido. Opta-se aqui por apresentar primeiro o panorama tradicional:

- Testamento de D. Afonso II – Datado de 1214 (duas cópias: Lisboa – IAN/TT, Mitra de Braga, caixa 1, nº 48- e Toledo – ACT, 2.4, B.6).
- Notícia de Torto – Datável de 1214-16 (IAN-TT, CR, Vairão, maço 2, nº 40).
- Duas escrituras de Mogadouro – Datadas de 1253.
- A partir de 1255, trinta e quatro documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III.
- A partir de 1279, com D. Dinis, uso sistemático do português como língua dos documentos emanados da corte, estendendo-se depois esse uso aos demais centros produtores.

Só depois se apresentam as alterações que, nos últimos anos, este panorama tem sofrido, graças à contribuição de vários autores, entre os quais se destacam Ana Maria Martins e José António Souto Cabo, que o enriqueceram com novas descobertas, nomeadamente:

a) para o período entre 1214 e 1255:

- Seis documentos datados descobertos por Ana Maria Martins:
- 1234- 2 de Vairão
- 1236- 1 de Ferreira de Aves
- 1243- 1 de Pedroso
- 1252- 2 de Pedroso

b) para o período anterior a 1214:

- Descoberta, por Ana Maria Martins, de um grupo de documentos cuja peça central é a “Notícia de Fiadores”, datada de 1175 (IAN/TT, CR, mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto, maço 2, nº 10).

- Descoberta, por José António Souto Cabo, de um documento datável de 1173 – 1175: o “Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais” (IAN/TT, Mitra de Braga, maço 1, nº 26/A).

Neste ponto, os estudantes são convidados a observar alguns destes documentos, regra geral o “Testamento”, a “Notícia de Torto”, a “Notícia de Fiadores” e o “Pacto”, com vista a avaliarem por si próprios as características de cada um que motivam a discussão sobre a classificação dos dois últimos como “portugueses” ou como “latino-portugueses”.

A título de conclusão, faz-se notar que estes documentos anteriores a 1214 já descobertos e outros que continuam a aparecer, fruto da pesquisa de investigadores como Ana Maria Martins e José António Souto Cabo, mas também de outros, que, como António Emiliano e Susana Pedro, têm contribuído de alguma forma para o avanço do “estado da arte” nesta questão, são documentos cuja classificação de “portugueses” é, de facto, contestável, mas que apresentam, em maior ou menor grau, formas romances ou mesmo blocos compactos em romance, o que mostra que já havia a possibilidade de escrever em português pelo menos um século antes de ele começar a ser regularmente usado na escrita e pelo menos meio século antes de ele começar a ser usado esporadicamente (Castro 2006: 111).

Por outro lado, salienta-se ainda que a proveniência geográfica e social diversificada dos documentos conhecidos dentro do território português sugere que o aparecimento da escrita em português não terá sido consequência de uma iniciativa pontual de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, mas que se achava disponível para ser utilizada provavelmente já antes da primeira metade do séc. XIII e que Afonso III, ao mandar escrever documentos em português na sua Chancelaria, ter-se-á limitado a aproveitar uma prática já bastante difundida (Castro 2006: 96).

A partir destes primeiros testemunhos do galego-português escrito, retoma-se a diferenciação, dentro da documentação produzida em território galego-português, entre textos literários e não literários (já estabelecida e discutida no ponto II, 1.1.), dos quais se seleccionam em cada ano alguns, sobretudo não literários, mas também literários (poesia e prosa), que são objecto de análise em aula ou de trabalho autónomo dos estudantes.

O comentário linguístico dos textos, sem prejuízo do comentário de formas

específicas, é feito, não forma a forma, mas preferencialmente partindo da análise das formas para a síntese dos principais traços que permitem caracterizar o testemunho, tendo em conta, na medida do possível, as circunstâncias específicas da sua produção. Deste modo, o comentário linguístico permite, à medida que se vão analisando novos textos, ir alargando e aprofundando os conhecimentos dos estudantes sobre as características da língua da época, pelo contacto directo com as suas fontes e não apenas pela transmissão de informação sobre elas por parte do professor, o que funciona invariavelmente como um importante factor de motivação.

A caracterização linguística do português antigo (sécs. XIII-XIV) é feita em conjunto com a análise e comentário das fontes que o documentam (cf. Textos de trabalho, p. 101 e ss.). Identificam-se e descrevem-se aqui as características mais relevantes destes textos, como a oscilação gráfica ou o grande número de abreviaturas e, sobretudo, as características e fenómenos linguísticos, sobretudo de natureza fonética, mais relevantes deste período.

Assim, ressalta-se o facto de que o português antigo tem como principais características as que resultam dos fenómenos ocorridos em latim vulgar ou no início do período romance:

- grande número de hiatos resultante de fenómenos de síncope consonântica;
- consoantes africadas /tʃ/, /dʒ/, /ts/ e /dz/, provenientes de palatalizações;
- sistema vocálico tónico já muito próximo do actual e sistema vocálico átono ainda com cinco timbres e idêntico em posição final e não final;
- grande número de vogais nasais, resultantes de nasalização.

Por outro lado, é este um período em que têm início vários fenómenos importantes que, no entanto, só se podem considerar concluídos e generalizados bastante mais tarde, no período estabelecido por Cardeira como português médio, encerrando o ciclo de formação da língua, ou mesmo já no português clássico.

A esclarecedora “recapitulação” do sistema fonológico do português antigo em contraste com o do português actual de Castro (2006: 144-147) serve como síntese da caracterização linguística deste período a nível fonológico.

No que respeita a características de natureza morfo-sintáctica, destacam-se:

- o sistema dos possessivos femininos, com duas séries, tónica e átona (*mia, mĩa, minha; tua, sua / mia, mha, ma; tua / ta; sua / sa*);
- o sistema dos demonstrativos e advérbios de lugar (*este, esse, aqeste, aquele; aqui, ali, acá, alá, acó, aló*);
- os anafóricos “*hi*” e “*ende*”;
- algumas particularidades do sistema verbal, como os participios em *-udo* (nos verbos da segunda conjugação) ou o *-d-* conservado nas formas da segunda pessoa do plural (ex. *amades*);
- os resultados das síncope de *-L-* e *-N-*: nos nomes e adjectivos terminados em *-L*, este mantém-se no singular, em posição final, mas cai no plural, em posição intervocálica (ex. *sina[l] / sinais*); as vogais nasais formavam hiato, por exemplo em *mã-o* ou *cã-es*.

Finalmente, no léxico, destaca-se a influência do francês e do provençal.

Encerra este ponto a “questão do galego”, que, como acima se referiu, se considera um marco relevante no final do ciclo de formação. É este um ponto que já mereceu mais controvérsia do que actualmente. Ainda assim, lembra-se a polémica que, de certa forma, ainda persiste, entre aqueles que acreditam terem o galego e o português iniciado a sua separação logo a partir da constituição dos reinos peninsulares, no séc. XII, considerando a separação política o primeiro passo para a separação linguística, e os que defendem que a unidade permanece ainda hoje. De qualquer forma, quer o processo de separação tenha começado nesta época ou mais tarde, pode aceitar-se como relativamente consensual que, no final do ciclo de formação da língua, que coincide, *grosso modo*, com o final do período trovadoresco (não é por acaso que, ao período a

que Cintra chama português antigo, chama Pilar Vázquez Cuesta galego-português e Serafim da Silva Neto trovadoresco), o galego estaria já definitivamente separado do português, podendo considerar-se, a partir daí, como uma língua românica autónoma, o que, naturalmente, não invalida a grande proximidade linguística que continua a ter com o português.

Ao longo das aulas dedicadas a este ponto do programa, os estudantes são convidados a realizar como trabalho autónomo, além das leituras indicadas, exercícios e pequenos trabalhos de análise de palavras ou excertos dos textos estudados, sendo este trabalho acompanhado e discutido nos períodos de acompanhamento tutorial.

Materiais e textos de apoio:

-*Power-points* apresentados em aula e posteriormente disponibilizados aos estudantes.

- Síntese sobre a produção primitiva em português, apresentada em aula e posteriormente disponibilizada aos estudantes.

- Textos de trabalho (cf. pp. 101 e ss.).

- Sítios na rede:

INSTITUTO CAMÕES – CENTRO VIRTUAL CAMÕES – HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM LINHA: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/index1.html>.

-Referências bibliográficas:

CASTRO 2006; CINTRA 1990, 1963; COSTA 1997, 1979; CUNHA 1986; DIAS 1918; EMILIANO, 2004, 2003a; EMILIANO E PEDRO 2004; FERNÁNDEZ REI 1988; HUBER 1986; MACHADO 2003, 1977; MAIA 2002, 1986; MARTINS 2002, 2001a, 2001b, 1999; MATTOSO 1992; NETO 1992; NUNES, 1981, 1969; NUNES 1989; PIEL 1989; SILVA 2008, 2006, 1989; SOUTO CABO 2003; TEYSSIER 1987, WILLIAMS 1991.

3. Expansão, elaboração e consolidação do português (4 aulas – 12 horas):

3.1. A expansão ultramarina dos sécs. XV e XVI e as suas repercussões na língua portuguesa.

3.2. O português médio e a transição para o português clássico.

3.3. Situação linguística nos sécs. XVI a XVIII.

3.3.1. Constituição de um corpus doutrinal vernáculo: os primeiros gramáticos, ortografistas e lexicógrafos.

3.3.2. Caracterização linguística geral do português clássico.

3.3.3 Comentário linguístico de textos literários e não literários.

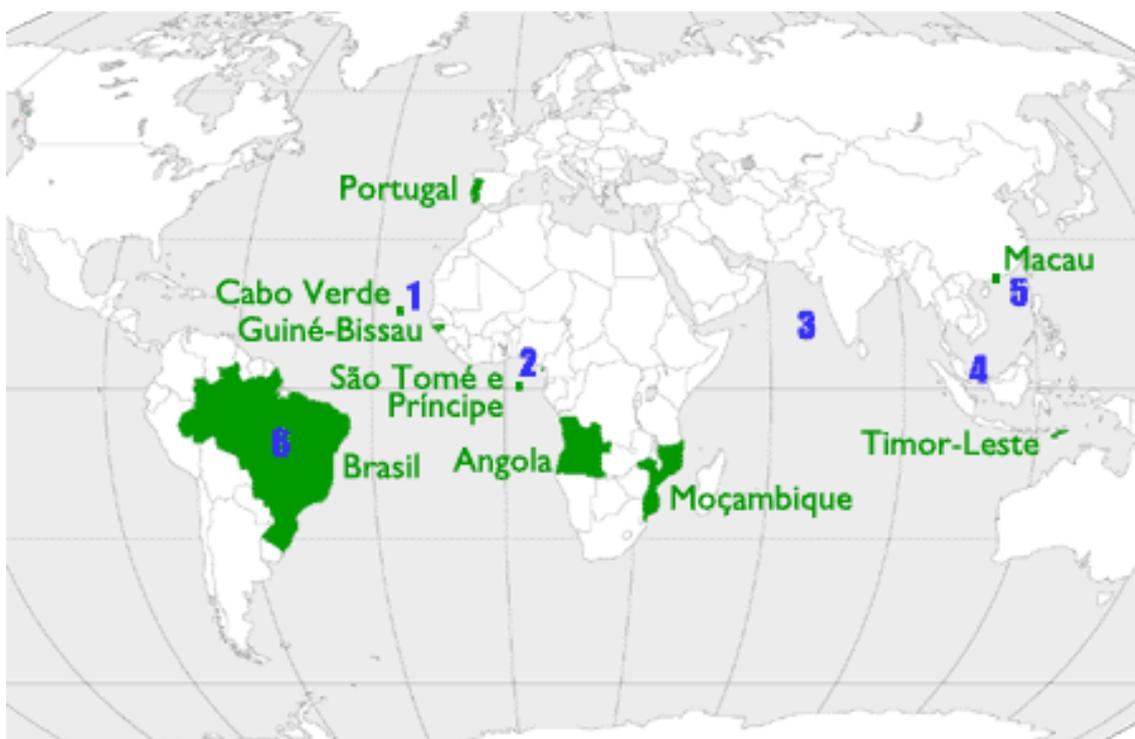
3.4. O português moderno: breve caracterização linguística.

O “ciclo da expansão da língua” (Castro 2006: 74ss) inicia-se com os Descobrimentos, a partir do séc. XV, e coincide com o momento em que a língua portuguesa, como resultado desse movimento, é transportada para fora da Península Ibérica e levada a outras terras e outras gentes, dando início ao processo de expansão que faria do português uma língua pluricêntrica, uma das mais faladas do mundo, com implantação significativa, ainda actualmente, em três continentes. Por outro lado, no território europeu, é este um período importantíssimo na evolução da língua portuguesa, em que esta atinge um estágio muito próximo do português actual, em particular no plano fonético-fonológico. Dar conta desta evolução, no sentido, por um lado, da expansão para territórios extra-europeus e, por outro, de elaboração e consolidação no território europeu, é o objectivo deste ponto do programa. Naturalmente, também aqui, e talvez mais aqui do que nos pontos anteriores, em função do tempo disponível, torna-se essencial fazer escolhas que permitam fornecer ao estudante um quadro tão completo quanto possível do processo de evolução da língua neste período.

A abordagem deste ponto faz-se, em consonância com a opção estratégica acima referida de organizar o programa em função dos grandes ciclos da língua (Castro 2006),

pela referência ao movimento dos Descobrimentos e à sua influência decisiva na expansão da língua. Assim, começa-se por salientar a sua relevância para a situação actual da língua portuguesa no mundo.

A este propósito, os estudantes são chamados a recordar os conhecimentos adquiridos em anos anteriores, nomeadamente na disciplina de *Estudos Linguísticos I*, sobre a diversidade diatópica da língua portuguesa actual. Através do visionamento de mapas e gráficos que ilustram a geografia actual da língua portuguesa (e dos crioulos de base portuguesa) e a sua relevância no mundo, uma das dez mais faladas e influentes, recorda-se brevemente a situação do português no Brasil, em África e no Oriente, remetendo-se o estudante, como trabalho autónomo, para bibliografia específica sobre este tema, cuja discussão se faz, de forma mais aprofundada, no período de acompanhamento tutorial.



Mapa 6: Geografia do português e dos crioulos de base portuguesa. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/index.html>.

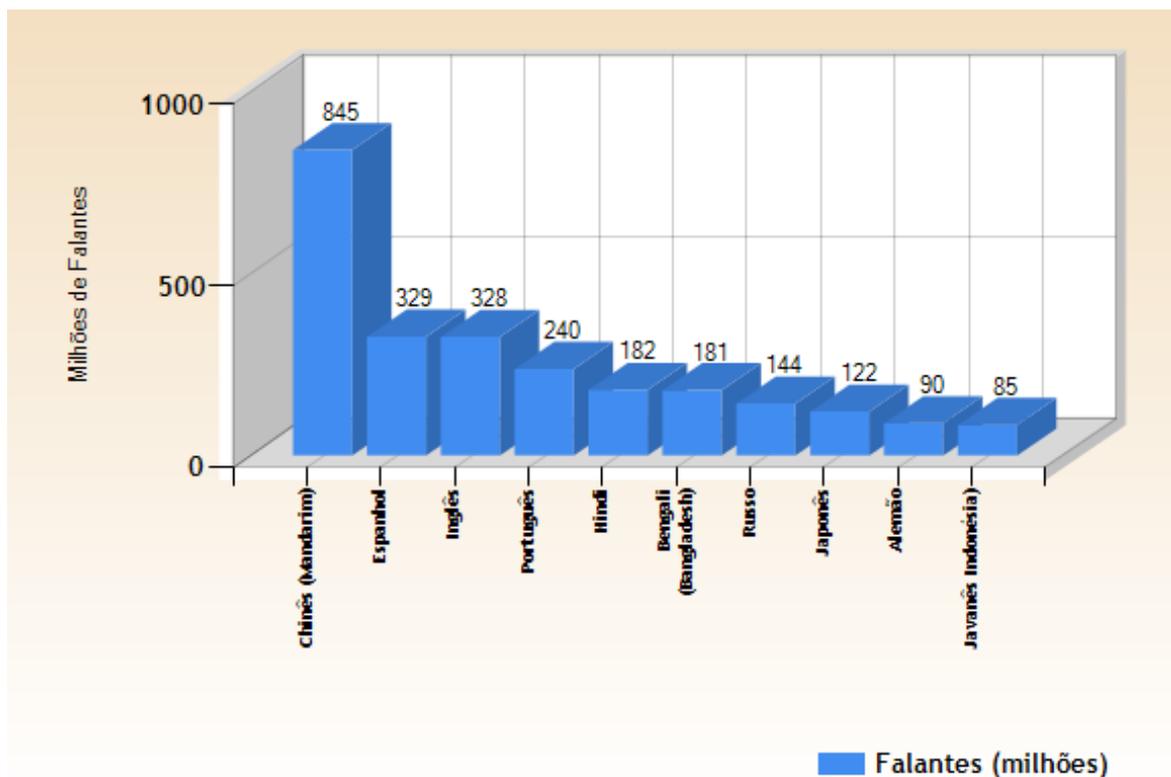


Gráfico 1: As dez línguas mais faladas no mundo. Disponível em: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/as-linguas-mais-faladas/10-linguas-mais-faladas-no-mundo>.

No que respeita à caracterização linguística deste período, ele abarca, de acordo com o exposto e problematizado no ponto II, 2.1., a propósito da periodização da língua portuguesa, os períodos designados por português médio e português clássico. Assim, partindo da visão de Cardeira (2005) do português médio como cobrindo um período muito curto, a primeira metade do séc. XV, e encarado como um período crítico na história da língua portuguesa, ao invés de um simples período de transição, apresenta-se aqui a sua caracterização linguística, recordando-se que os fenómenos, muito significativos, particularmente no plano fonético-fonológico, que se consolidam neste período transformando drasticamente a língua, na sua forma e estrutura, estariam já em marcha pelo menos desde o período que Cardeira classifica como uma “franja de separação” entre o português antigo e o português médio, correspondente à segunda metade do séc. XIV, ou mesmo antes.

Na verdade, esta “franja de separação”, que encerra o ciclo da formação da língua, é, do ponto de vista da sua história externa, particularmente relevante na sua evolução, na medida em que nela ocorrem várias convulsões, políticas, económicas, sociais, que terão condicionado ou, ao menos, influenciado a sua história interna. Efectivamente, além da separação do galego – evento que se coloca sobretudo no plano literário, com a extinção da escola literária galego-portuguesa, porquanto tal separação, no plano da oralidade, terá seguramente ocorrido mais cedo – a peste, as guerras com Castela, o final da primeira dinastia, a de Borgonha, e a ascensão da segunda, a de Avis, eventos que, no seu conjunto, normalmente se designam como “crise de 1383-85”, produziram um novo quadro em que a importância do sul, crescente desde D. Afonso III, se afirma definitivamente com a fixação da corte em Lisboa, que, a partir de então, se assume como verdadeira capital. Como consequência, a Galiza fica definitivamente afastada do novo centro e a língua transplantada para sul com a reconquista, em contacto com as variedades moçárabes, ganha traços inovadores, que, doravante, passariam a ser encarados como padrão. Acresce ainda que o final do séc. XIV é pouco anterior ao final da Idade Média e ao início do Renascimento, com consequências importantes para a língua, nomeadamente ao nível do léxico.

Neste novo quadro, a língua estava pronta para se expandir para outros territórios, o que acontece a partir do início do séc. XV com o movimento da Expansão, e, dentro dos limites do território europeu, para o “processo de elaboração linguística”, de que fala Castro (2006), que se consolidará nos séculos seguintes, sendo certo que, depois do séc. XVIII, a língua já não conhecerá alterações muito significativas, sobretudo no domínio dos sons.

No plano linguístico, verifica-se que, mais uma vez, embora a mudança afecte todos os planos da língua, as principais diferenças atingem sobretudo o domínio dos sons. Assim, consideram-se concluídos na primeira metade do séc. XV, no português médio, ou no “patamar de estabilização”, na segunda metade do séc. XV, que o separa do português clássico, os seguintes fenómenos:

- Eliminação de hiatos, por vários processos:

- Crase, precedida ou não de assimilação, das vogais em hiato resultante de síncopes consonânticas (ex. LEGIT > l[ee] > l[e]);
 - Ditongação por semivocalização de um dos elementos do hiato (ex. SANU > s[ãu] > s[ãw]);
 - Epêntese de consoante (ex. GALLINA > gal[ĩa] > gal[ijnã]);
 - Epêntese de semivogal (CREDO > cr[eo] > cr[ejo]).
- Unificação das terminações nasais -ã, -õ e -ão em -ão (ex. formas como PANE > p[ã] > p[ãw]; LEONE > le[õ] > le[ãw] convergiram com formas como SANU > s[ãw]);
 - Simplificação das africadas pré-dorso-dentais [ts] e [dz] nas suas correspondentes fricativas [s] e [z];
 - Síncope de *-d-* intervocálico na desinência da segunda pessoa do plural das formas verbais, seguida de eliminação do hiato (ex. est[ade]s > est[ae]s > est[aj]s).

Além destes, sempre que se justifica, são abordados alguns fenómenos gerais do vocalismo e do consonantismo, como a metátese (ex. prim[arjo] > prim[ajro]), a inflexão vocálica (ex. vind[emja] > vind[imja] > vind[ima]), a harmonia vocálica (ex. c[o]stume > c[u]stume) e a metafoia (ex. [ɔ]sso > [o]sso).

No domínio morfo-sintáctico, nota-se, em geral, o desaparecimento dos traços registados no português antigo, com destaque para os seguintes:

- os participios em *-udo* dos verbos da segunda conjugação, que se unificam com os dos verbos da terceira conjugação, em *-ido*;
- as mudanças no género, que, despoletadas pelo desaparecimento do neutro, ainda em latim, conduziram, no português antigo, nos nomes e adjectivos terminados em consoante (*-l*, *-r* ou *-z*) ou na vogal *-e*, a formas em muitos casos diferentes das actuais (ex. nos nomes, as formas em *-agem*, como *linhagem*,

eram masculinas, outras como *planeta* eram femininas e outras ainda, como *senhor*, eram invariáveis; nos adjectivos, *firme* era biforme, mas *pecador* era uniforme) e que, nesta época, começam a aproximar-se do uso actual, embora, em muitos casos, as formas modernas só se tenham generalizado a partir do séc. XVI. Os nomes e adjectivos em *-a* (provenientes da primeira declinação latina e de neutros plurais da segunda declinação) convergiram no género feminino ainda em latim vulgar (*-a, -as*) e os nomes e adjectivos em *-o/u* (provenientes da segunda e da quarta declinações latinas) convergiram no género masculino, também em latim vulgar (*-o, -os*) e assim se mantiveram no português.

No domínio do léxico, destaca-se que o séc. XV marca, em Portugal, a chegada do Renascimento, trazendo consigo a influência directa da literatura clássica, com consequências inevitáveis neste domínio. No entanto, se, a partir do séc. XVI, a adopção de empréstimos lexicais tomados ao latim literário se torna regra, é de notar que, no séc. XV, autores como D. Duarte e D. Pedro, filhos de D. João I, revelam, na tradução dos clássicos latinos, uma acentuada preferência pelas formas vernáculas, constituindo o exemplo mais acabado desta tendência obras como o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, e a tradução do *De Officiis*, de Cícero, do Infante D. Pedro, onde se encontram formas tão ilustrativas desta resistência ao empréstimo directo do latim como *fremosura das obras* por *decorum* e *carpentaria* por *architectura*.

A abordagem do português médio que se faz neste ponto do programa permite, por um lado, dar conta da real importância deste período que, como defende Cardeira, não é, de facto, uma simples fase de transição, mas uma “transição de fase”, decisiva na elaboração do português, em que se resolvem vários processos de mudança em curso; por outro, sintetiza de forma bastante satisfatória o que seria o estado da língua no momento em que inicia o seu ciclo de expansão e é levada para novos continentes, o que permite compreender muitas das características do português extra-europeu e, em particular, do português do Brasil (ex. as características do vocalismo átono).

A abordagem do português clássico faz-se ainda por referência a esta elaboração do português no séc. XV, fazendo notar que, ultrapassado o “patamar de estabilização”, situável na segunda metade do séc. XV, este, sim, uma fase de transição que separa o português médio do clássico, é ela que vai permitir a sua gramaticalização, facto que

inaugura o português clássico. Efectivamente, pese embora o seu carácter simbólico, a que se aludiu no ponto II, 2.1., a publicação, em 1536, da primeira gramática do português escrita em português, a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, é consensualmente considerada o marco inicial do português clássico e seria apenas a primeira das muitas obras de natureza metalinguística (gramáticas, ortografias, dicionários) que, nos sécs. XVI a XVIII, constituem um *corpus* doutrinal vernáculo para a língua portuguesa.

Ressalta-se aqui a importância destas obras, a vários níveis, para a história da língua portuguesa: como fontes primárias, como fontes secundárias, mas também como testemunho de uma valorização das línguas vernáculas a que não é, naturalmente, alheio o movimento humanista do Renascimento. Efectivamente, se, durante todo o ciclo de formação da língua, as escassas fontes disponíveis são apenas de natureza primária, a afirmação do vernáculo como metalíngua no séc. XVI cria um novo tipo de fontes, potencialmente muito interessantes, por funcionarem em simultâneo como fontes primárias e secundárias, mas sobretudo porque, como fontes secundárias, revelam uma consciência linguística aguda em relação a aspectos importantíssimos para a história da língua, como, por exemplo, a variação, nas suas diferentes formas: sincrónica (diatópica, diastrática e diafásica) e diacrónica. Serve aqui de exemplo – entre outras obras deste período que podem ou não ser abordadas em aula em função do tempo disponível, como, por exemplo, Leão (séc. XVII), *Origem...*, e Bluteau (séc. XVIII), *Vocabulário* – sobretudo a *Grammatica*, de Fernão de Oliveira (séc. XVI), obra que, além de pioneira, é, a muitos títulos, inovadora, atentando em todos os tipos de variação, abstando-se da formulação de juízos prescritivos e descrevendo com inusitada finura os traços do português da sua época, com destaque para os de natureza fonético-fonológica e prosódica. É também nesta obra que devem procurar-se as origens da questão ortográfica, mesmo que ainda não sob a forma de regras, o que só se encontrará na gramática de Barros, apenas quatro anos posterior à de Oliveira. Não se tentará aqui desenvolver esta questão, embora seja ela uma das mais interessantes do processo de normalização/normatização da língua, inaugurado por Fernão de Oliveira. Apenas se destacará o contraste entre a busca, que não mais cessou até aos nossos dias, de um padrão para a escrita e a poligrafia do período anterior, retirando-se daí algumas conclusões sobre a utilidade/necessidade de um padrão.

Como enquadramento da caracterização linguística do português clássico (sécs. XVI a XVIII), lembram-se alguns marcos histórico-culturais relevantes, tais como:

- a representação do último auto e talvez a morte de Gil Vicente e a morte de Garcia de Resende, que marcam simbolicamente a transição da Idade Média para o Renascimento e o início do português clássico;
- a transferência definitiva da Universidade para Coimbra, com implicações no estabelecimento da variedade culta da língua;
- o estabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal, pela influência notória dos Jesuítas na educação, em Portugal, e na expansão da língua nas novas possessões ultramarinas, sobretudo no Oriente e no Brasil;
- o aparecimento da literatura de viagens e de literatura científica sobre as novas realidades, com reflexos no léxico (ex. *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto e *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, de Garcia de Orta);
- o desastre de Alcácer Quibir, em 1578, e a mudança da segunda dinastia, a de Avis, para a terceira, a Filipina, em 1580, com Filipe I de Portugal, II de Espanha, coincidindo a perda da independência simbolicamente com a morte de Camões, com reflexo no acentuar do bilinguismo luso-castelhano, que, por razões políticas (rainhas de origem castelhana) e culturais (língua de prestígio na literatura) era uma realidade já desde meados do séc. XV;
- a restauração da independência, em 1640, e a nova mudança de dinastia, da terceira, a Filipina, para a quarta, a de Bragança, com D. João IV, com reflexos no processo de declínio do bilinguismo luso-castelhano, que, no entanto, se manteve ainda por bastante tempo.

A caracterização linguística é feita em conjunto com a análise e comentário das fontes que a documentam e que, como acima se referiu, além de textos literários e não literários, incluem também textos metalinguísticos.

À semelhança do observado em períodos anteriores, os fenómenos de mudança mais relevantes a registar depois do séc. XVI são de natureza fonético-fonológica:

- redução do sistema de sibilantes de quatro elementos, dois ápico-alveolares, um surdo e um sonoro, e dois pré-dorso-dentais, um surdo e um sonoro, para dois elementos pré-dorso-dentais, um surdo e um sonoro. Ressalta-se aqui, com dados dialectais do português actual (Cintra 1983a), a complexidade do resultado deste fenómeno, com redução a duas pré-dorso-dentais nos dialectos centro-meridionais, a duas ápico-alveolares nos dialectos setentrionais do Baixo Minho, Douro e Beira Alta e manutenção, como traço de grande arcaísmo, das quatro sibilantes nos dialectos setentrionais do Alto Minho e Trás-os-Montes;
- monotongação de [ow] > [o] (ex. t[ow]ro > t[o]ro, persistindo a primeira forma a nível dialectal, nos dialectos setentrionais);
- elevação e centralização do vocalismo átono, conduzindo, no final do séc. XVIII, ao sistema actual. Ainda que sem aprofundar o tema, faz-se aqui a diferença entre a elevação do vocalismo átono pré-tónico, mais tardia, e a do vocalismo final e pós-tónico, iniciada bastante mais cedo, segundo vários autores ainda no português antigo (Hart 1955; Carvalho 1984a).

No que respeita à morfologia e à sintaxe, de uma maneira geral, as transformações sofridas pela língua entre o séc. XIV e o séc. XVI, isto é, essencialmente no português médio e no “patamar de estabilização” que o separa do português clássico, “tiveram como efeito fixar a morfologia e a sintaxe de tal maneira que, daí por diante, pouco variarão” (Teyssier 1987: 67).

Entre o séc. XVI e o séc. XVIII, refiram-se apenas:

- a estabilização do actual sistema de demonstrativos e advérbios de lugar (*este, esse, aquele; aqui, aí, ali; cá, lá*);
- no que respeita à colocação dos clíticos na frase, a afirmação da próclise como maioritária na oração principal (no português antigo alternava com a ênclise, tornando-se progressivamente mais frequente no português médio (Martins 2002, 1994).

Finalmente, no domínio do léxico, destacam-se as “vozes exóticas que, a partir do séc. XVI, se vão infiltrando no léxico português, seja por via literária (cronistas), seja por via oral (convivência com povos indígenas; comércio), aumentando assim consideravelmente o caudal de termos orientais recebidos anteriormente por intermédio do árabe” (Piel 1989: 15) (ex. *bengala* (Índia), *chá* (China), *biombo* (Japão), *ananás* (África), *mandioca* (Brasil)).

Além destas influências, resultado directo da expansão ultramarina, destacam-se a do latim (ex. *angélico*) e do italiano (ex. *piano*), influências do Humanismo e Renascimento, e a do espanhol (ex. *cavalheiro*), devida ao predomínio político e literário de Espanha, desde meados do séc. XV.

O último ponto do programa encerra a visão panorâmica da história da língua portuguesa que aqui se procurou apresentar com uma referência, necessariamente breve, aos fenómenos mais recentes, posteriores ao séc. XVIII, com impacte significativo na feição da língua.

Em termos de contextualização histórica do período a que, usando as designações periodológicas propostas por Cintra, se chama moderno, lembra-se apenas que a baliza cronológica que marca o início deste período é particularmente vaga, por remeter essencialmente para eventos da história europeia, nomeadamente o início da revolução industrial, no séc. XVIII, em Inglaterra, e a revolução francesa, em 1789, cujas repercussões só muito superficialmente e só no domínio do léxico atingiram a língua. Há, no entanto, alguns eventos histórico-culturais com reflexo directo em diferentes aspectos da língua e que importa assinalar, nomeadamente, no séc. XVIII:

- a influência do Iluminismo em Portugal, através dos “estrangeirados”, como Bluteau e Verney, com influência muito significativa na produção metalinguística, particularmente de dicionários (Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*);
- o advento de Pombal, com a expulsão dos Jesuítas e as reformas no ensino.

Já no séc. XIX,

- a independência do Brasil, em 1822, com consequências no acentuar da diferenciação entre as variedades europeia e brasileira do português, que, no

entanto, começara seguramente muito antes, pois Monte Carmelo, em 1767, regista já a não distinção entre pré-tónicas abertas e fechadas (ex. c[a]deira como p[a]deiro) como marca do português do Brasil.

No plano linguístico, é esta uma fase da língua em que já pouco mudaria até aos nossos dias. Merecem, no entanto, referência, alguns fenómenos importantes consolidados já no séc. XVIII ou mesmo depois (ainda que, em alguns casos, iniciados bastante mais cedo), nomeadamente, no domínio fonético-fonológico:

- simplificação da africada palatal (desafricação) [tʃ] na fricativa palatal [ʃ] (ex. [tʃ]amar > [ʃ]amar), iniciada provavelmente ainda no séc. XVI;
- palatalização do -s final (ex. gato[s] > gato[ʃ]);
- pronúncia uvular do /r/ (ca[r̥]o > ca[R]o);
- dissimilação do ditongo [ej] > [ɛj] (ex. l[ej]te > l[ɛj]te);
- dissimilação de [e] em [ɛ] antes de consoante palatal (ex. t[e]lha > t[ɛ]lha).

De notar que estas duas últimas alterações, ao contrário das restantes, estão longe de ser comuns a toda a região centro-meridional. São fenómenos tipicamente lisboetas e, como tal, geralmente incorporados na variedade culta do português actual, mas que, apesar disso, são tão marcados como a monotongação de [ej] > [e], que caracteriza os dialectos do centro interior e sul.

A nível morfo-sintáctico, destacam-se sobretudo, na colocação dos clíticos, a mudança da próclise na oração principal, quase absoluta no português clássico, para a ênclise, no português moderno, e as alterações na morfologia e sintaxe do verbo, sem, no entanto, desenvolver este assunto. Mencionam-se apenas os seguintes aspectos:

- a segunda pessoa do plural cai em desuso, mantendo-se apenas a nível dialectal, nos dialectos setentrionais (ex. *vós achais* > *vocês acham*);

- a mesóclise no futuro e no condicional restringe-se a registos formais no modo de representação escrito (ex. *dir-me-ás*);
- o futuro (ex. *cantarei*) e outros tempos, como o condicional (*cantaria*) e o mais-que-perfeito simples (*cantara*), ficam quase totalmente confinados à escrita e a registos mais formais.

No domínio do léxico, destacam-se os novos termos científicos e técnicos e os empréstimos das novas línguas de cultura, primeiro o francês, sobretudo no séc. XVIII e XIX, e o inglês, do séc. XIX até aos nossos dias.

Ao longo das aulas dedicadas a este ponto do programa, os estudantes são convidados a realizar como trabalho autónomo, além das leituras indicadas, exercícios e pequenos trabalhos de análise de palavras ou excertos dos textos estudados e consultas a dicionários e outras obras metalinguísticas, preferencialmente na biblioteca da Universidade e na Biblioteca Pública de Évora, sem prejuízo da consulta *on line* de algumas obras. Este trabalho é acompanhado e discutido com a docente no período de acompanhamento tutorial.

Materiais e textos de apoio:

-*Power-points* apresentados em aula e posteriormente disponibilizados aos estudantes .

-Textos de trabalho (cf. p. 101, nota 3).

- Sítios na rede:

ETHNOLOGUE: http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=size.

INSTITUTO CAMÕES – CENTRO VIRTUAL CAMÕES – HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM LINHA: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/index1.html>.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB): <http://www.ieb.usp.br>.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>.

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA: <http://observatorio-lp.sapo.pt>.

PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org>.

-Referências bibliográficas:

ARGOTE 1725; BARBOSA 1968; BARRETO 1671; BARROS 1540; BLUTEAU 1712-1728; CARDEIRA 2005; CASTRO 2006; CASTRO *et alii* 1987; CINTRA 1983a; GÂNDAVO 1574; HUBER 1986; LEÃO 1606; LOPES 1969; MACHADO 2003, 1977; MARQUILHAS 2000, 1991; MARTINS 2002, 1994; MONTE CARMELO 1767; NETO 1992; NUNES 1989; OLIVEIRA 1536; PEREIRA 2006; PIEL 1989; TEYSSIER 1987; VITERBO 1798; WILLIAMS 1991.

III.MÉTODOS DE ENSINO E AVALIAÇÃO

Ensinar: do lat. **insígnio, as, ávi, átum, áre*, por *insigníre* 'pôr uma marca, distinguir, assinalar'.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa

Qualquer que seja a acepção em que se utilize, a palavra “método” significa um meio utilizado para atingir um fim. Naturalmente, vários meios são sempre possíveis para atingir o mesmo fim e cabe ao agente em causa escolher, entre os vários possíveis, aquele que melhor se adapta aos objectivos pretendidos, às situações concretas a enfrentar, aos recursos e ao tempo disponíveis.

Em pedagogia, entende-se por métodos os diferentes modos de proporcionar uma dada aprendizagem. O método não diz, por isso, respeito aos vários saberes que são transmitidos, mas, sim, ao modo como se realiza a sua transmissão, pelo que um método pedagógico pode ser encarado como uma forma específica de organização dos conhecimentos, tendo em conta os objectivos do programa, as características dos estudantes e os recursos e tempo disponíveis.

No caso da disciplina de *Linguística Portuguesa III*, a experiência tem demonstrado que, em função das matérias abordadas, é conveniente o recurso a diferentes métodos, que acabam por se revelar complementares entre si, favorecendo também o dinamismo da aula. Assim, se é um facto que, na maior parte dos casos, se opta por métodos verbais (dizer), recorrendo a exposições, explicações, diálogo, debates, etc., noutros casos torna-se pertinente recorrer a métodos intuitivos (mostrar), com uso de meios audiovisuais e de textos escritos e mesmo a métodos activos (fazer), nomeadamente nos trabalhos, individuais ou de grupo, em que os estudantes são chamados a realizar, com a colaboração do professor e/ou dos colegas, actividades práticas, como exercícios ou análise de texto.

Assim, tendo em conta os objectivos da disciplina e os pressupostos e objectivos do programa, é possível afirmar que, embora continuando a privilegiar os métodos verbais, os mais clássicos, a adaptação das formações a Bolonha trouxe uma maior importância aos métodos intuitivos e aos métodos activos, isto é, o “dizer” deixou de ser

suficiente, tornando-se necessário complementá-lo com o “mostrar” e com o “fazer”. Mesmo o “dizer” tornou-se diferente, na medida em que deixou de assentar quase exclusivamente em exposições teóricas e explicações, passando a dar mais espaço a formas como o diálogo e o debate.

Por outro lado, além das alterações metodológicas, com reflexo no interesse e motivação dos estudantes, importa também criar estratégias que permitam aproveitar de forma efectiva as horas de acompanhamento tutorial e de trabalho autónomo previstas na carga horária da disciplina, organizando actividades e propondo tarefas a realizar fora da aula, nas horas de trabalho autónomo, com acompanhamento do docente nos períodos de orientação tutorial. Tais actividades e tarefas, além de desenvolverem a autonomia do estudante na aprendizagem, potenciando a capacidade de investigação, o aprender a pensar, o aprender a aprender e o espírito crítico, deverão ser direccionadas para o aprofundamento dos conteúdos leccionados em aula.

Assim, as aulas deixam de ser o único momento do processo de ensino-aprendizagem, passando a ser o seu ponto de partida. Neste processo, o professor deixa também de ser apenas um transmissor de conteúdos no espaço exclusivo da aula, assumindo doravante também o papel de tutor, fundamental na orientação das actividades do estudante fora da aula, razão pela qual assume particular importância o acompanhamento tutorial, presencial, semanal e com horário definido, ou *on line*. De notar também que o próprio espaço da aula deixa de ser o único espaço de ensino-aprendizagem, passando igualmente as bibliotecas e outros espaços, físicos, como o gabinete do docente, ou virtuais, como os sítios na rede, o *e-mail* ou o *moodle*, a ser considerados como espaços de aprendizagem.

De acordo com a metodologia exposta, as aulas presenciais integram exposições teóricas e explicações, regra geral com apoio audiovisual, trabalho prático de comentário de textos, realização e correcção de exercícios (em grupo ou individualmente) e discussão, com participação activa dos estudantes, dos diferentes tópicos do programa, sob a forma de diálogo ou de debate. No final de cada aula, consoante o tema ou temas aí abordados e debatidos, os estudantes são convidados a investigar autonomamente – recorrendo a informação convencional ou *on line*, para o que a Bibliografia da disciplina deve ser tomada como ponto de partida – um determinado tema ou temas e/ou a realizar determinadas tarefas, tais como sínteses,

recensões, exercícios. O acompanhamento e discussão destes pequenos trabalhos é feito essencialmente no período de acompanhamento tutorial e a apresentação de alguns dos resultados é feita na primeira meia hora de cada aula, funcionando em simultâneo como revisão e síntese da matéria da aula anterior e ponto de partida para a da aula seguinte.

Os meios audiovisuais utilizados em aula são sobretudo suportes em *power-point* – com diferentes funcionalidades, que podem ir da simples ilustração, por exemplo os mapas ilustrativos da progressão da reconquista cristã da Península, à síntese dos principais tópicos de uma matéria – sítios especializados na rede e *corpora* ou textos de diferentes períodos da história da língua portuguesa em versão electrónica. A estes pode acrescentar-se o uso de documentos em suporte papel, imagens ou edições. Em todos os casos, o recurso a estes instrumentos pode ser usado como ponto de partida, como exemplificação dos conteúdos abordados em cada aula ou como síntese. Os documentos em suporte papel são utilizados sobretudo para trabalho de análise e comentário de textos.

Para todos os pontos do programa, são disponibilizadas aos estudantes, além dos materiais usados em aula, referências bibliográficas específicas, que deverão ser, preferencialmente, objecto de trabalho autónomo do estudante, acompanhado, sempre que necessário, pela docente, em regime de orientação tutorial.

Além do trabalho realizado em aula e dos pequenos trabalhos realizados ao longo do semestre, o estudante pode também realizar, no regime de avaliação contínua e em alternativa a uma prova escrita, um trabalho escrito de maior desenvolvimento sobre um tema à sua escolha, desde que relacionado com algum dos pontos do programa. Sem prejuízo de outras propostas, a docente fornece habitualmente alguns exemplos de temas possíveis e acompanha, em regime de orientação tutorial, a investigação e a realização do trabalho.

No que respeita à avaliação, constitui esta um momento que, regra geral, se considera já fora do processo ensino-aprendizagem, mas que, na verdade, faz parte integrante dele e assume enorme relevância, na medida em que, por um lado, traduz, em princípio, o trabalho realizado, e, por outro, dita o sucesso ou insucesso dos estudantes, razões mais do que suficientes para que seja considerado objecto de reflexão aturada.

Avaliar, por constituir uma actividade intrínseca à de ensinar e dela decorrente, deve, antes de mais, reflectir os métodos e os conteúdos que configuram o processo de ensino-aprendizagem, construindo, em função disso, instrumentos que, de forma tão objectiva quanto possível, traduzam o desempenho e os resultados alcançados, não só pelos estudantes, mas também pelo professor.

Embora os estudantes raramente encarem os momentos de avaliação como momentos formativos, é importante que, ao longo do semestre, estes tenham acesso à correcção e comentário dos trabalhos e das provas realizadas, o que, sempre que o estudante o deseje, é feito no período de acompanhamento tutorial, de forma individualizada. Por outro lado, importa realçar que é prática corrente, antes das provas, a realização de sessões de revisão da matéria dada e esclarecimento de dúvidas, dentro ou fora do período de aulas, presencialmente ou *on line*.

A avaliação assenta, assim, em alguns pressupostos gerais: adequação das modalidades e critérios de avaliação ao processo de ensino-aprendizagem, equidade de critérios na aferição do sucesso ou insucesso no cumprimento dos objectivos e resultados esperados da aprendizagem e ponderação equilibrada dos diferentes elementos de avaliação, na avaliação contínua. Cumpridos estes pressupostos, a avaliação realiza-se em duas vertentes fundamentais: apreciação do conteúdo e apreciação da forma, isto é, domínio dos conteúdos essenciais, domínio da metalinguagem e conceitos operatórios e correcção, coesão e coerência da expressão escrita. Acrescem a estes outros factores de ponderação, tais como as capacidades de reflexão crítica sobre o tema, inter-relacionamento entre diferentes matérias do programa e destas com matérias estudadas noutras disciplinas que se revelem pertinentes.

Todos os momentos de avaliação são definidos com os estudantes na primeira aula da disciplina, de acordo com o estabelecido pelos regulamentos em vigor. Embora o calendário escolar preveja que, dos momentos dedicados à avaliação, apenas 4 horas (correspondentes à realização das duas frequências previstas no sistema de avaliação contínua) coincidem com o período de aulas, decorrendo os restantes nos períodos de avaliação definidos pela Universidade, é prática corrente, não contestada pelos estudantes, face à escassez do número de horas lectivas, realizar também estas provas, sobretudo a segunda frequência, fora do horário lectivo.

De acordo com o sistema em uso na Universidade de Évora (Regulamento Escolar Interno – REI) e no Departamento de Linguística e Literaturas (Regulamento de Avaliação de Conhecimentos – RAC), que tutela o curso, o estudante pode optar entre o regime de avaliação contínua e o regime de exame e, desde 2012/13, também por um regime de avaliação misto:

- a) Avaliação Contínua – A avaliação contínua consiste, no mínimo, na prestação de uma prova escrita, cuja nota não pode ser inferior a 8 valores, devendo também ser considerados para efeitos de avaliação outros instrumentos, definidos no seio da Coordenação Científico-Pedagógica de cada unidade curricular.

É atribuída uma percentagem de 50% à prova escrita de frequência, cuja nota não pode ser inferior a 8 valores, e igual percentagem ao conjunto dos elementos de avaliação propostos ao longo do semestre.

- b) Avaliação Final – O regime de exame (épocas normal, recurso e especial) consiste na realização de uma prova escrita, à qual é atribuída a percentagem de 100%.

Realizam uma prova oral os alunos que obtêm nota entre 8 e 9,4 na prova escrita.

- c) Avaliação Mista – É atribuída uma percentagem de 80% ou 70% à prova escrita de exame, cuja nota não pode ser inferior a 8 valores, e a percentagem de 20% ou 30% ao conjunto dos elementos de avaliação propostos ao longo do semestre.

O Regulamento de Avaliação de Conhecimentos (RAC) do Departamento de Linguística e Literaturas estabelece, de acordo com o Regulamento Escolar Interno (REI) da Universidade de Évora, a obrigatoriedade de frequência das sessões de ensino presenciais como requisito para a avaliação, nos seguintes termos:

- a) Avaliação Contínua – O aluno só pode realizar este tipo de avaliação se tiver 75% de assiduidade nas sessões colectivas de ensino;
- b) Avaliação Final – O aluno só pode realizar este tipo de avaliação se tiver 30% de assiduidade nas sessões colectivas de ensino;

- c) Avaliação Mista – O aluno só pode realizar este tipo de avaliação se tiver 50% de assiduidade nas sessões colectivas de ensino;

Nota: Exceptuam-se os alunos ao abrigo de regimes especiais, cuja avaliação é definida no seio do júri da unidade curricular; exceptuam-se, igualmente, os alunos que se submetem a exame nas épocas de recurso e especial.

Este regime de avaliação, embora obrigue a percentagens obrigatórias de presença nas sessões colectivas de ensino, caracteriza-se por, excepto na avaliação contínua, permitir percentagens muito baixas de assiduidade, estando totalmente isentos de qualquer obrigatoriedade de presença em aulas os trabalhadores estudantes e outros estudantes com estatutos especiais. Mesmo os estudantes ordinários, embora não possam ser avaliados em época normal caso não cumpram o regime de assiduidade estabelecido, podem, ainda assim, apresentar-se a exame de recurso e, em alguns casos previstos no regime de avaliação da Universidade – que abrangem os estudantes com estatutos especiais e os estudantes que se encontram a terminar o curso – a exame de época especial, ainda que não tenham assistido a uma única aula.

Na prática, é este um regime de avaliação caracterizado por dar aos estudantes um grande número de possibilidades de aprovação (duas como norma, época normal – em avaliação contínua, final ou mista – e época de recurso, e, em alguns casos, três, época normal, época de recurso e época especial); bem como várias possibilidades de se submeter a avaliação sem ter frequentado qualquer aula e, em alguns casos, sem mesmo conhecer o professor, o que, infelizmente, não é tão incomum como, à partida, se possa pensar.

Naturalmente, estes são, quase sempre, casos que acabam em reprovação, não tendo as várias tentativas, como seria de esperar, qualquer resultado positivo. Estes casos são tanto mais frustrantes quanto, apesar de estas reprovações pesarem negativamente nas estatísticas da disciplina, o docente nada poderia ter feito. Por outro lado, registam-se também casos, estatisticamente diferentes, mas com idênticas consequências, de estudantes que, ou por não frequentarem as aulas ou por não conseguirem segui-las com a assiduidade necessária, optam por não se submeter à avaliação, o que revela maior consciência e responsabilidade, mas não deixa de

culminar no insucesso escolar. Finalmente, um outro caso comum de insucesso, este especialmente dramático e cada dia mais frequente, é o dos estudantes que, ainda que assíduos, interessados e com bons resultados, se vêem impedidos de completar a sua avaliação por falta de capacidade financeira para cumprir o pagamento de propinas. Este é um problema que transcende esta unidade curricular e acaba, infelizmente, em muitos casos, por redundar na interrupção ou abandono definitivo do curso.

Pelo que acima fica exposto, considero que é este um sistema de avaliação que, ao contrário dos planos curriculares e dos objectivos e metodologias das disciplinas, não acompanhou a adaptação aos princípios de Bolonha, aparentemente temendo a reacção negativa dos estudantes. Trata-se, naturalmente, de uma questão que ultrapassa a autonomia do docente, mas que, ainda assim, merece reflexão, em defesa do sistema de avaliação contínua, sem dúvida o mais adequado, em absoluto e, sobretudo, o mais adequado ao espírito de Bolonha.

Na verdade, a experiência tem provado que, salvo algumas excepções, que confirmam a regra, os estudantes que não frequentam as aulas, ou que as frequentam pouco, não conseguem aprovação no exame. Por outro lado, a mesma experiência mostra também que os estudantes assíduos optam, regra geral, pelo regime de avaliação contínua e têm uma taxa de aprovação e notas médias superiores às dos que optam pelo regime de exame.

Note-se, porém, que, mesmo entre os estudantes mais assíduos e em regime de avaliação contínua, regista-se uma grande resistência à modalidade de realização de trabalho escrito, sendo-lhe geralmente preferida a prova escrita intercalar. É este um problema que tem sido objecto de reflexão e de acção, procurando-se, quando da apresentação dos métodos de avaliação, chamar a atenção para as potencialidades e interesse deste elemento de avaliação, nomeadamente no desenvolvimento de metodologias de trabalho científico e de capacidades de investigação e espírito crítico, mas, até ao presente, sem resultados significativos, o que parece prender-se com o perfil do estudante português, ainda pouco habituado a este tipo de trabalho, enquanto os estudantes Erasmus, pelo contrário, costumam preferi-lo à realização de uma prova escrita.

De qualquer forma, independentemente da opção pelo trabalho escrito ou pela frequência intercalar, a análise das estatísticas de avaliação, que mostram uma relação

directa entre assiduidade e regime de avaliação contínua, por um lado, e maior taxa de aprovação e notas mais elevadas, por outro, deveria conduzir a uma alteração do regime em vigor, passando a avaliação contínua a ser o método regra em todos os cursos de 1º ciclo e só havendo recurso ao método de avaliação final alternativa, por exame, no caso dos estatutos especiais, particularmente no dos trabalhadores estudantes, sem dúvida o mais frequente. Só nestes casos, a meu ver, se justifica a existência de um regime opcional que flexibilize a sua avaliação. Ainda assim, creio que, mesmo nestes casos, deve ser incentivada a opção pelo regime de avaliação contínua, nomeadamente recorrendo a estratégias como a flexibilização de prazo para entrega do trabalho escrito ou a isenção de realização de alguns dos pequenos trabalhos a apresentar em aula.

Concluindo, os métodos de ensino e a avaliação, enquanto aspectos determinantes do processo de ensino-aprendizagem, os primeiros porque são potencialmente determinantes para o seu sucesso, a segunda porque afere esse mesmo sucesso, revestem-se da maior importância e devem ser objecto de reflexão contínua por parte dos docentes e das instituições, porquanto deles depende, em grande parte, não só a efectiva aquisição e domínio dos conhecimentos, objectivo último do ensino, pelo uso de métodos adequados, mas também a formação dos estudantes como indivíduos e cidadãos, pela prática da transparência, justiça e equidade na avaliação do mérito.

E, se ensinar continua a ser, de alguma forma, pôr uma marca, é obrigação das instituições de ensino e dos seus agentes assegurarem-se de que esta seja positiva.

IV. BIBLIOGRAFIA

Bíblia, s. f. Livros...

Dicionário... Morais Silva

1. Bibliografia geral²

ALI, Manuel Said (1931), *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo:

Melhoramentos. Disponível em

<https://archive.org/stream/M.saidAli.grammaticaHistoricaDaLinguaPorugueza/GrammaticaHistoricaDaLinguaPortugueza#page/n15/mode/2up>.

ARGOTE, Jerónimo Contador de (1725² [1721]), *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*, Lisboa Occidental: Officina da Musica. Disponível em <http://purl.pt/10>.

ASENSIO, Eugenio (1974), “La lengua compañera del Imperio”, *Estudios Portugueses*, Paris, pp. 1-16.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (2004), *Base teórica de crítica textual*, Rio de Janeiro: H. P. Comunicação Editora.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (1998), *Ensaio de lingüística, filologia e ecdótica*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura / UERJ.

BALDINGER, Kurt (1972² [1958]), *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, Madrid: Gredos.

BANZA, Ana Paula (2011), “História e Filologia no resgate da memória linguística e literária”, *Diacrítica*, Ciências da Linguagem, n.º. 25/1, pp. 39-46. <http://hdl.handle.net/10174/3085>.

Disponível em: ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_25-1.pdf.

² A Bibliografia geral não pretende ser exaustiva, mas sim constituir-se como acervo de referência para a disciplina.

BANZA, Ana Paula (2007a), “Alguns aspectos da Língua Portuguesa seiscentista na escrita do Padre António Vieira”, *Diacrítica*, Ciências da Linguagem, n.º. 21/1, pp. 5-24. <http://hdl.handle.net/10174/5040>.

Disponível em: ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_21-1.pdf.

BANZA, Ana Paula (2007b), “Unité et Diversité dans le Portugais du XXI ème siècle: ce qui change avec l’entrée en vigueur de l’Accord Orthographique”, *Grenzgange, Beitrage zu einer modernen Romanistik*, 14. Jahrgang 2007 Heft 28, Thema: Portugal: Sprache und kultur im wandel, Leipzig, Leipziger Universitätsverlag, pp. 18-32. <http://hdl.handle.net/10174/2678>.

BANZA, Ana Paula e M^a Helena GARVÃO (1996), “As formas verbais em documentos notariais do séc. XIII. Alguns aspectos”, in *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, secção II (Linguística Histórica), Braga, 1997, pp. 31-37. <http://hdl.handle.net/10174/5037>.

BANZA, Ana Paula e M^a Helena GARVÃO (1994), “Deux faits de phonétique historique du XIIIe siècle” (1993), *La Linguistique*, vol. 30, fasc. 1/94, Paris, pp. 29-35. <http://hdl.handle.net/10174/5032>.

BARBOSA, Jorge Morais (1968), *A língua portuguesa no mundo*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

BARRETO, João Franco (1671), *Ortografia da lingua portugueza*, Lisboa: Officina de Joam da Costa. Disponível em <http://purl.pt/18>.

BARROS, João de (1540), *Grammatica da lingua portuguesa*, Lisboa: Lodouicum Rotorigiu[m]. Disponível em <http://purl.pt/12148>. Edição fac-similada organizada por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.

BATALHA, Graciete Nogueira (1983), “Situação e perspectivas do Português e dos crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong-Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)”, in *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 287-304.

BECHARA, Evanildo (1991), “As fases da língua portuguesa escrita”, in KREMER, Dieter (ed.), *Actes du XVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes*, Vol. III, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 68-76.

BÉDIER, Joseph (1970² [1928]), *La tradition manuscrite du Lai de l’Ombre. Réflexions sur l’art d’éditer les anciens texts*, Paris: Champion. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8980/f1.image>.

BLUTEAU, D. Raphael (1712-1728), *Prosas portuguesas e vocabulario portuguez e latino*. CD-Rom, Casa de Machado de Assis /Academia Brasileira de Letras.

BORGES, Rosa *et alii* (2012), *Edição de Texto e Crítica Filológica*, Lisboa: Quarteto.

BROCARDO, Teresa (2014), *Tópicos de História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Colibri.

BYNON, T. (1977), *Historical Linguistics*, Cambridge: Cambridge University Press.

CÂMARA, Joaquim Mattoso (1975), *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Padrão.

CAMBRAIA, César Nardelli (2005), *Introdução à crítica textual*, São Paulo: Martins Fontes.

CARDEIRA, Esperança (2006), *História do Português*, Lisboa: Caminho.

CARDEIRA, Esperança (2005), *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, Lisboa: INCM.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino *et alii* (orgs.) (2006), *Quinhentos anos de História Linguística do Brasil*, Salvador: Funducultura.

CARVALHO, Maria José (2003), “Algumas notas sobre a morfologia da língua portuguesa por volta de 1500”, in VEIGA, Alexandre (ed.), *Gramática e léxico em sincronia e diacronia. Um contributo da Linguística Portuguesa*, Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións da Universidade, pp. 155-166.

CARVALHO, Maria José (1996), *Do português arcaico ao português moderno. Contributos para uma nova proposta de periodização*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano (1984a² [1962]), “Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona”, in *Estudos Linguísticos*, II, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 75-103.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano (1984b² [1959]), “Moçarabismo linguístico ao sul do Mondego”, in *Estudos Linguísticos*, I, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 159-170.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano (1984c² [1952]), “Porque se fala leonês em terras de Miranda?”, in *Estudos Linguísticos*, I, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 71-92.

CASTRO, Ivo (2007), “Uma língua que veio de longe”, in *Catálogo da exposição Lusa – A Matriz Portuguesa*, vol. II, São Paulo: Mag Mais Rede Cultural, pp. 110-119.

CASTRO, Ivo (2006² [2004]), *Introdução à História do Português*, Lisboa: Edições Colibri.

CASTRO, Ivo (2004), “A primitiva produção escrita em português”, in *Orígenes de las lenguas romances en el Reino de León. Siglos IX-XII*, León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, vol. II, pp. 69-97.

CASTRO, Ivo (2003). “O Linguista e a Fixação da Norma”, in MENDES, A. e T. FREITAS (orgs.), *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL, pp. 11-24.

CASTRO, Ivo (2002), “Sur le bilinguisme littéraire castillan-portugais”, in *La littérature d’auteurs portugais en langue castillane* (Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. XLIV), Lisboa-Paris: Gulbenkian, pp. 11-23.

CASTRO, Ivo (2002² [1996]), *Galegos e Mouros*, Lisboa: Cátedra de Estudos Galegos/Colibri.

CASTRO, Ivo (1999), “O Português Médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)”, in FARIA, Isabel Hub (ed.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Cosmos, pp. 367-370.

CASTRO, Ivo (1997), “Filologia”, *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa: Verbo.

CASTRO, Ivo (1996), “Para uma história do Português Clássico”, in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. II, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, pp.135-150.

CASTRO, Ivo (1995a), “A isoglossa de Tordesillas”, *Revista de Filologia Románica*, Madrid, n.º 11-12, pp. 51-62; in *Língua-Mar. Criações e confrontos em português*, Rio de Janeiro: Funarte, 1996, pp. 27-40.

CASTRO, Ivo (1995b), “O retorno à filologia”, in PEREIRA, Cilene da Cunha e Paulo Roberto Dias PEREIRA (orgs.), *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 511-520.

CASTRO, Ivo (1993), “A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro”, *Biblos*, LXIX, pp. 97-106.

CASTRO, Ivo (1991), *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta.

CASTRO, Ivo et alii (orgs.) (1987), *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*, Lisboa: Sá da Costa.

CASTRO (1986), *História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Relatório apresentado a concurso para Professor Associado.

CEIA, Carlos (2010), “Crítica Textual”; “Crítica Filológica”, in CEIA, Carlos, *E-Dicionário de Termos Literários*: www.edtl.com.pt.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (inédito), “Dois Textos não-literários transmontanos do séc. XIII (leitura crítica e comentário linguístico)”.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1990² [1986-1987]), “Sobre o mais antigo texto não-literário português: a “Notícia de Torto” (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia*, XXXI, pp. 21-77.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1983a), *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa: Sá da Costa Editora.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1983b), “A língua portuguesa no Mundo”, *Expresso*: 6 de Julho.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1963), “Les anciens textes portugais non-littéraires. Classement et bibliographie”, seguido de “Observations sur l’orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIème siècle”, *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, pp. 40-77. 2ª ed. em *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, ed. de Isabel Faria, Lisboa: Cosmos, 1999, pp. 199-215.

CONTINI, Gianfranco (1986), *Breviario di Ecdotica*, Milán-Nápoles: Ricciardi.

COSTA, P. Avelino de Jesus da (1997), *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, Vol. I, *Estampas*, Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.

COSTA, P. Avelino de Jesus da (1979), “Os mais antigos documentos escritos em Português. Revisão de um problema histórico-linguístico”, *Revista Portuguesa de História*, XVII, pp. 263-311. 2ª ed. em *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992.

CUNHA, Antônio Geraldo da (2007), *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval*, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa (CD-ROM).

CUNHA, Antônio Geraldo da (1986), *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

CUNHA, Celso (1981), *Língua, Nação, Alienação*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DIAS, João José Alves *et alii* (1987), *Álbum de Paleografia*, Lisboa: Editorial Estampa.

DIAS, A. Epiphânio da Silva (1918), *Syntaxe Historica Portugueza*, Lisboa: Livraria Clássica Editora. Disponível em <http://purl.pt/190>.

DIAZ Y DIAZ, Manuel C. (1950) *Antologia del latin vulgar*, Madrid: Gredos.

DUARTE, Luiz Fagundes (1997), *Crítica textual*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Relatório apresentado a provas para a obtenção do título de Agregado em Estudos Portugueses, disciplina de Crítica Textual.

DUARTE, Luiz Fagundes (1993), *A fábrica dos textos: ensaios de crítica textual acerca de Eça de Queiroz*, Lisboa: Cosmos.

EMILIANO, António (2004), “Observações sobre a «produção primitiva portuguesa» a propósito dos dois testemunhos do Testamento de Pedro Fafes de 1210”, *Verba*, Vol. 30 (2003), Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico/Universidade de Santiago de Compostela, pp. 203-236.

EMILIANO, António e Susana PEDRO (2004), “*De Notícia de Torto*. Aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido”, *Zeitschrift für romanische Philologie*, Herausgegeben von Günter Holtus, Band 120, Heft 1, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 1-81.

EMILIANO, António (2003a), *Latim e Romance em Documentação Notarial da Segunda Metade do Século XI* (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas), Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian.

EMILIANO, António (2003b), “O estudo dos documentos notariais latino-portugueses e a História da Língua Portuguesa”, *Signo, Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 11, Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, pp. 77-126.

EMILIANO, António (2003c), “The textualization of Portuguese in the late 12th and early 13th centuries”, *Medioevo Romanzo*, Vol. XXVII (VIII della III Serie), Fascicolo II, Roma: Salerno Editrice, pp. 275-310.

FERNÁNDEZ REI, Francisco (1988), “Posición do Galego entre as línguas románicas”, *Verba*, 15, pp. 79-107.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1574), *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portugueza (com hum dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua)*, Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez. Edição facsimilada, com introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. Disponível em <http://purl.pt/324/4/#/4>.

GONÇALVES, Maria Filomena (coord.) (2009), *500 Anos de Língua Portuguesa no Brasil*, 2 vols., Lisboa: Edições Cosmos.

GONÇALVES, Maria Filomena (2007a), “A «arte de pontuar» no século XVI e os Tratados de Fernão Cardim”, *Estudos Linguísticos*, vol. XXXVI (2), maio-agosto, São Paulo, pp. 3-21.

GONÇALVES, Maria Filomena (2007b), “A variação lexical no discurso metalinguístico de Setecentos: apontamentos sobre o arcaísmo”, in MURAKAWA, Clotilde de A. A. & Maria Filomena GONÇALVES (orgs.), *Novas contribuições para a História e Historiografia da Língua Portuguesa*, Série Trilhas Linguísticas, 11, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, pp. 45-73.

GONÇALVES, Maria Filomena (2003), *As ideias ortográficas em Portugal – De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia / Ministério da Ciência e Ensino Superior.

GONÇALVES, Maria Filomena (1995), “Le groupe consonantique sc^e,¹ en portugais. Etude synchronique et diachronique”, in *Actes du XIX Colloque International de Linguistique Fonctionnelle*, Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 63-67.

GONÇALVES, Maria Filomena (1992), *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa*, Lisboa: ICALP.

GONÇALVES, Maria Filomena (1991), “Notas para a história da pronúncia portuguesa – o testemunho de ortografistas portugueses do século XVIII”, in *VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Actas)*, Porto, 1990, pp.145-154.

GONÇALVES, Perpétua (2005), “A formação de variedades africanas do Português: argumentos para uma abordagem multidimensional”, in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa, pp. 223-242.

GONÇALVES, Perpétua (1983), “Situação actual da língua portuguesa em Moçambique”, in *Actas do Congresso sobre a Situação actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, pp. 243-251.

- GRÉSILLON, Almut (1994), *Éléments de critique génétique. Lire les manuscrits*, Paris: PUF-CNRS.
- HART, Thomas R. (1955), “Notes on the sixteenth-century portuguese pronunciation”, *Word*, vol. XI, pp. 404-415.
- HERMAN, Josef (1975² [1967]), *Le latin vulgaire*, Paris: PUF.
- HOCK, Hans Henrich & B. Joseph (1996), *Language History, Language Change and Language Relationship*, Berlin: Mouton de Gruyter.
- HOCK, Hans Henrich (1986), *Principles of Historical Linguistics*, Berlin: Mouton de Gruyter.
- HOUAISS, Antônio *et alii* (2002), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- HÜBER, Joseph (1986² [1933]), *Gramática do Português Antigo*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- IORDAN, Iorgu (1962), *Introdução à Lingüística Românica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LABOV, William (1994), *Principles of Linguistic Change. Internal Factors*, Oxford: Blackwell.
- LAPESA, Rafael (1986⁹ [1942]), *Historia de la lengua Española*, Madrid: Gredos.
- LAUSBERG, Heinrich (1974² [1956, 1962]), *Linguística Românica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LAVAGNINO, John (1995), “[Reading, Scholarship, and Hypertext Editions](#)”, *TEXT: Transactions of the Society for Textual Scholarship*, vol. 8, pp.109-124.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1606), *Origem da Lingoa Portuguesa*, Lisboa: Pedro Crasbeeck. Disponível em <http://purl.pt/50>.
- LIGHTFOOT, D. (1999), *The Development of Language*, Oxford: Blackwell.
- LLEAL, Coloma (1990), *La Formación de las Lenguas Romances Peninsulares*, Temas Universitarios, Barcelona: Barcanova.

LOBO, Tânia *et alii* (orgs.) (2012), *Rosae – Linguística histórica, história das línguas e outras histórias*, Salvador: EDUFBA.

LOPES, David (1969² [1936]), *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos sécs. XVI, XVII e XVIII*, Porto: Portucalense.

MAAS, Paul (1984), *Critica del Testo*, Tradução de Nello Martinelli, Firenze : Felice le Monnier.

MACHADO, José Pedro (2003³ [1981]), *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa: Livros Horizonte.

MACHADO, José Pedro (1977³ [1952-1959]), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., Lisboa: Livros Horizonte.

MAIA, Clarinda de Azevedo (2002² [1996]), *O galego visto pelos filólogos e linguistas portugueses*, Lisboa: Cátedra de Estudos Galegos/Colibri.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1999), “Periodização na história da língua portuguesa: *status quaestionis* e perspectivas de investigação futura”, in GÄRTNER, Eberhard *et alii* (eds.), *Estudos de História da Língua Portuguesa*, Biblioteca Luso-Brasileira, Frankfurt am Main: TFM, pp. 21-39.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1995a), “Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno”, *Diacrítica*, 10, pp. 1-30.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1995b), *História da Língua Portuguesa. Guia de Estudo*. Coimbra.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986), *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao séc. XVI. (Com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

MARQUES, Irene Guerra (1983), “Algumas considerações sobre a problemática linguística de Angola”, in *Actas do Congresso sobre a Situação actual da Língua Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, pp. 205-223.

MARQUILHAS, Rita (2010), “Filologia”; “Tradição (na Filologia)”; “Aparato Crítico (*apparatus criticus*)”, in CEIA, Carlos (2010), *E- Dicionário de Termos Literários: www.edtl.com.pt*.

MARQUILHAS, Rita (2003), “Mudança analógica e elevação das vogais pretónicas”, in CASTRO, Ivo e Inês DUARTE (eds.), *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*, II, Lisboa: IN-CM, pp. 7-18.

MARQUILHAS, Rita (2000), *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*, Lisboa: IN-CM.

MARQUILHAS, Rita (1996), “Mudança linguística”, in FARIA, Isabel Hub *et alii* (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 563-588.

MARQUILHAS, Rita (1991), *Norma Gráfica Setecentista. Do Autógrafo ao Impresso*, Lisboa: INIC.

MARTINS, Ana Maria (2002), “Mudança sintáctica e História da Língua Portuguesa”, in HEAD, Brian F. *et alii* (eds.), *História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro*, Braga: Universidade do Minho/ILCH, pp.251-297.

MARTINS, Ana Maria (2001a), *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*, Lisboa: IN-CM.

MARTINS, Ana Maria (2001b), “Emergência e generalização do português escrito. De D. Afonso Henriques a D. Dinis”, in MATEUS, Maria Helena Mira (coord.), *Caminhos do Português. Exposição comemorativa do Ano Europeu das Línguas. Catálogo*, Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 23-75.

MARTINS, Ana Maria (1999), “Ainda «os mais antigos textos escritos em português», Documentos de 1175 a 1252”, in FARIA, Isabel Hub (ed.), *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos/Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, pp. 491-534.

MARTINS, Ana Maria (1994), *Clíticos na História do Português*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Dissertação de Doutoramento.

MATEUS, Maria Helena Mira e Esperança CARDEIRA (2007), *Norma e Variação*, Lisboa: Caminho.

MATEUS, Maria Helena Mira (2005), “Mudança da língua no tempo e no espaço”, in MATEUS, Maria Helena Mira e Fernanda Bacelar do NASCIMENTO (orgs.), *A língua portuguesa em mudança*, Lisboa: Caminho, pp. 23-30.

MATEUS, Maria Helena Mira (coord.) (2002), *As línguas da Península Ibérica*, Lisboa: Colibri.

MATEUS, Maria Helena Mira (coord.) (2001), *Mais línguas, mais Europa*, Lisboa: Colibri.

MATTOSO, José (dir.) (1992) *História de Portugal*, Primeiro Volume. *Antes de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores.

MEIER, Harri (1961² [1959]), "Sobre o superstrato visigótico no vocabulário hispano-português", *Boletim de Filologia* XVIII, pp. 67-70.

MEIER, Harri (1948), "A formação da língua portuguesa", in *Ensaio de Filologia Românica*, Lisboa: Edição da *Revista de Portugal*, pp. 5-30.

MEIER, Harri (1943), "A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas", *Biblos* XVIII, tomo II, pp. 497-515.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1980⁹ [1926]), *Orígenes del Español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*, Madrid: Espasa-Calpe.

MESSNER, Dieter (2002), “Conjecturas sobre a periodização da língua portuguesa”, in MASSINI-CAGLIARI, Gladis *et alii*, *Descrição do português: Linguística Histórica e Historiografia Linguística*, Série Trilhas Linguísticas, nº 3, Araraquara/FCL: Cultura Académica Editora, pp. 97-117.

MONTE CARMELO, Frei Luis do (1767), *Compendio de Orthografia, com sufficientes Catálogos, e novas Regras [...]*, Lisboa: na Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/187783551/Compendio-de-Ortografia-Luis-de-Monte-Carmelo>.

MORAIS SILVA, Antônio de (1789), *Diccionario da lingua portugueza* – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/diccionario>.

MUNTEANU COLÁN, Dan (2013² [2005]), *Breve historia de la lingüística românica*, Madrid: Arco/Libros.

MURAKAWA, Clotilde A. A. & Maria Filomena GONÇALVES (2007), *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*, São Paulo: Cultura Académica Editora.

NARO, Anthony Julius e Maria Marta Pereira SCHERRE (2007), *Origens do Português Brasileiro*, São Paulo: Parábola Editorial.

NETO, Serafim da Silva (1992⁶ [1952-1957]), *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Presença.

NETO, Serafim da Silva (1977² [1957]), *História do latim vulgar*, Rio de Janeiro: Livro Técnico.

NUNES, Eduardo Borges (1981), *Abreviaturas paleográficas portuguesas*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

NUNES, Eduardo Borges (1969), *Álbum de paleografia portuguesa medieval*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos/Instituto de Alta Cultura.

NUNES, José Joaquim (1989⁹ [1919]), *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, Lisboa: Clássica Editora.

OLIVEIRA, Fernão de (1536), *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa: e[m] casa d' Germão Galharde. Disponível em <http://purl.pt/120>. Ed. fac-similada, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988.

ORDUNA, Gérman (2005), *Fundamentos de Crítica Textual*, Ed. de Leonardo Funes y José Manuel Lucía Megías, Madrid: Arco/Libros, S. L.

PAIVA, Maria Helena (2004), “Juízos explícitos e norma linguística nos gramáticos portugueses quinhentistas”, in *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa*, Porto, pp. 275-298.

PAIVA, Maria Helena (2002), *Os Gramáticos Portugueses Quinhentistas e a fixação do Padrão Linguístico. Contribuição da informática para o estudo das relações entre*

funcionamento, variação e mudança, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Dissertação de Doutoramento.

PEDRO, Susana (2004), “Tipologia diplomática de documentos privados não-dispositivos: notícia e inventário”, mesa-redonda sobre “A antiga documentação de Portugal”, in *Actas do XIX Encontro Anual da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, pp. 71-78.

PEREIRA, Dulce (2006), *Crioulos de base portuguesa*, Lisboa: Caminho.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel (1997), *La edición de textos*, Madrid: Síntesis.

PIEL, Joseph-Maria (1989), *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa: IN-CM.

PONS RODRÍGUEZ, Lola (ed.) (2006), *Historia de la Lengua y Crítica Textual*, Madrid: Iberoamericana.

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et alii* (2013), *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Volume I-Parte 1: História e Geografia do Português.

RIBEIRO, Orlando (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra: Coimbra Editora. Disponível em <http://purl.pt/421>.

ROHLFS, Gerhard (1979), *Estudios sobre el Léxico Románico*, Reelaboração parcial e notas de Manuel Alvar, Madrid: Gredos/Biblioteca Románica Hispánica.

ROMAINE, Suzanne (1988), *Pidgin & Creole Languages*, New York: Longman.

ROSARIO ÁLVAREZ *et alii* (eds.) (2013), *Ao sabor do Texto – Estudos dedicados a Ivo Castro*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

SEGURA, Luísa e João Saramago (2001), “Variedades dialectais portuguesas”, in *Caminhos do Português*, Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 219-240.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (2008), *Caminhos da Linguística Histórica – ouvir o inaudível*, São Paulo: Editorial Parábola.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (2006), *O português arcaico (fonologia, morfologia e sintaxe)*, São Paulo: Editora Contexto.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (2004), *Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro*, São Paulo: Editorial Parábola.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e e Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO (orgs.) (2002), *O Português Quinhentista. Estudos Linguísticos*, Salvador: EDUFBA/UEFS.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1989), *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, Lisboa: IN-CM.

SOUTO CABO, José António (2003), “Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa. Documentos do século XII, *Diacrítica*, 17, Braga: Universidade do Minho, pp. 329-385.

SPAGGIARI, Barbara & Maurizio PERUGI (2004), *Fundamentos da Crítica Textual (História, metodologia, exercícios)*, Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

SPINA, Segismundo (1977), *Introdução à Edótica*, São Paulo: Editora Cultrix.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis (2011), “O trabalho da Filologia textual: descortinando alguns aspectos do movimento abolicionista na Bahia”, in *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 1, Rio de Janeiro: CiFEFiL, pp. 846-853.

TEYSSIER, Paul (1987³ [1980]), *História da língua portuguesa*, Lisboa: Sá da Costa Editora.

TIMPANARO, Sebastiano (1985), *La genesi del metodo del Lachmann*, Padua: Liviana.

TOMÁS, Maria Isabel e Dulce PEREIRA (s.d.), *Os espaços do crioulo. Textos nos crioulos de base portuguesa*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

VÄÄNÄNEN, Veikko (1988³ [1963]), *Introducción al Latín Vulgar*, Madrid: Gredos.

VALDEAVELLANO, Luís Garcia de (1968), *Curso de Historia de las Instituciones Españolas*, de los orígenes al final de la Edad Media, Madrid: Revista de Occidente.

VÁRVARO, Alberto (1988), *Historia, problemas y métodos de la lingüística románica*, Barcelona.

VASCONCELOS, José Leite de (1966⁴ [1911]), *Lições de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

VERA, Álvaro Ferreira de (1574), *Regras que ensinam a maneira de escrever e a Ortografia da Língua Portuguesa, com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Edição fac-similada com introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. Disponível em <http://purl.pt/324>.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1798), *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente se usaram*. 2ª ed. revista, correcta e copiosamente adicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo, Lisboa : A. J. Fernandes Lopes 1865². Disponível em <http://purl.pt/13944>. Edição crítica por Mário Fiúza, Porto/Lisboa: Civilização, 1962-66.

WARTBURG, Walther von (1952), *La fragmentación lingüística de la Romania*, Madrid: Gredos.

WEST, Martin L. (2002² [1973]), *Crítica Textual e Técnica Editorial*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

WILLIAMS, Edwin B. (1991⁵ [1938]), *Do Latim ao Português (Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa)*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

WRIGHT, Roger (1986), *Latín tardío y romance temprano en España y la Francia Carolingia* (versión española de Rosa Lalor), Biblioteca Románica Hispánica (Estudios y Ensayos, 369), Madrid: Gredos.

2. Textos de trabalho³

Latim vulgar e Romance moçárabe

-*Appendix Probi*.

Edições: Neto 1946.

-Excertos de outras fontes, nomeadamente inscrições (CIL), graffiti (Väänänen 1937), obras técnicas e literárias, em diferentes edições.

-*Hardjas*.

Edições: Heger 1960.

Séculos XII/XIII – XIV

Textos não literários:

Documentos régios:

-Testamento de Afonso II.

Edições: Ex. de Lisboa: Azevedo (1903-1905); Vasconcellos (1911); Costa (1979); ex. de Toledo: Costa (1979); Castro 1991: 197-202 e 2006: 111-117.

-34 documentos em português da *Chancelaria de Afonso III*.

Edições: Duarte (1986); Banza (1992).

³ Dada a escassez de fontes para o latim vulgar e para o romance moçárabe, as fontes estudadas são apenas as aqui apresentadas. Da produção primitiva até ao final do ciclo de formação da língua, além dos textos já “clássicos”, são seleccionados em cada ano mais alguns, quase sempre de entre os que aqui se apresentam, de acordo com o ritmo das aulas e com o tempo disponível. Do séc. XV em diante, os textos de trabalho escolhidos variam muito, razão pela qual não se apresenta aqui uma selecção, e são escolhidos, em cada ano, também dependendo do ritmo das aulas e do tempo disponível, de entre a numerosa produção deste período, com destaque para os textos metalinguísticos já referidos na Bibliografia geral. Ainda assim, nas “edições”, além das citadas, indicam-se algumas de obras deste período, usadas com alguma frequência.

-Chancelarias reais a partir de D. Dinis.

Edições: Marques (1984, 1990, 1992).

Documentos particulares:

-17 documentos da segunda metade do século XII à primeira do XIII.

Edições: Martins (1999); Martins e Albino (1998); Martins (2001).

-4 documentos da segunda metade do século XII.

Edições: Souto Cabo (2003).

- Notícia de Torto.

Edições: Ribeiro (1810); Costa (1979); Cintra (1971 e 1990); Pedro (1994); Emiliano e Pedro (2004); Castro (2006: 130-135).

(cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/07.html>).

-2 documentos de Mogadouro (1253).

Edições: Cintra (inérito).

-Livro de D. João de Portel.

Edições: Azevedo (1906-1909).

-Outros documentos de diversas proveniências.

Edições: Azevedo (1900 e segs.); Martínez Salazar (1911); Sponer (1934); Ferro Couselo (1967); Maia (1986); Ribeiro (1994); Martins (2001); Souto Cabo (2008, 2004).

Leis locais – Foros:

-Foros de Garvão (1267).

-Foros de Santarém (cop. 1347).

Edições: Garvão (1990); Rodrigues (1990).

Leis gerais e inquirições:

-Livro das Leis e Posturas ou Livro das Leis Antigas.

Edições: *PMH, Leges*, I.

-Inquirições Gerais de D. Afonso II de 1220.

-Inquirições Gerais de D. Afonso III de 1258.

Edições: *PMH, Inq.*, I e II

Traduções de textos jurídicos castelhanos:

Flores de Dereyto ou Flores de las Leyes de Jacobo de Junta.

Edições: Merêa (1917); Ferreira (1989); In Roudil (2000: 200-297)

-Foro Real.

Edições: Pimenta (1946); Ferreira (1987).

Textos literários:

Novelística:

-Fragmento do *Merlim*.

-Fragmento do Livro de Tristam.

Edições: Tomé (1962).

-Demanda do Santo Graal.

Edições: Piel (1988); Nunes (1995).

-Livro de José de Arimateia.

Edições: Carter (1967), Castro (1984).

Nobiliários:

-Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.

Edições: *PMH, Scriptores*, I; Mattoso (1980); Brocardo (2006).

Obras de espiritualidade:

-Regra de S. Bento.

Edições: Neto (1959-1960); Castro 2006, Nunes 1922-26; Costa 2007.

-Vida de S. Nicolau de Myra ou de Bari.

Edições: Neto (1947).

-Vida de Cristo e de Santa Maria de Bernardo de Brihuega.

-Vidas e Paixões dos Apóstolos de Bernardo de Brihuega.

Edições: Cepeda (1982, 1989).

-Diálogos de S. Gregório.

Edições: Neto (1950); Silva (1971).

Historiografia:

-Crónica Geral de Espanha de 1344.

Edições: Cintra (1951-1961).

Poesia:

-Cancioneiro da Ajuda.

Edições: Vasconcelos (1904); Carter (1941).

-Cantigas de Santa Maria.

Edições: Mettmann (1959-1972); Valverde (1985).

Edições

AZEVEDO, Pedro de (1903-1905), “Testamento em português de D. Affonso II (1214)”, *Revista Lusitana* 8, pp. 80-84.

AZEVEDO, Pedro de (1923-1925), “Uma versão portuguesa da história natural das aves do séc. XIV”, *Revista Lusitana* 25, pp. 128-147.

AZEVEDO, Pedro de (1906-1909). *Archivo Historico Portuguez* IV-VII (republ. Lisboa: Colibri, 2003).

BANZA, Ana Paula (1992), *A linguagem dos documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/5041>.

BROCARD, Maria Teresa (2006), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Edição do Fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV), Lisboa: IN-CM.

CARTER, H. H. (1967), *The Portuguese book of Joseph of Arimathea*; Chapel Hill: The University of North Caroline Press.

CARTER, H. H. (1941), *Cancioneiro da Ajuda. Edição diplomática*, New York – London.

CASTRO, Ivo (2006² [2004]), *Introdução à História do Português*, Lisboa: Colibri.

CASTRO, Ivo (com a colaboração de Rita Marquilhas e J. León Acosta) (1991), *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta.

CASTRO, Ivo (1984), *Livro de José de Arimateia. Estudo e edição do Cod. ANTT 643*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Dissertação de Doutoramento.

CEPEDA, Isabel Vilares (1982, 1989), *Vidas e Paixões dos Apóstolos (Bernardo de Brihuega)*. Edição crítica e estudo. 2 vols., Lisboa: INIC.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (inédito), “Dois textos não-literários transmontanos do século XIII (leitura crítica e comentário linguístico)”.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1990), “Sobre o mais antigo texto não-literário português: a 'Notícia de Torto' (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia XXXI*, pp. 22-77.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1971), “Observations sur le plus ancien texte portugais non littéraire: la 'Noticia de Torto' (lecture critique, date et lieu de rédaction)”, in *Actele celui de-al XII Congres International de Lingvistica si Filologie Romanica* (Bucuresti 1968) Vol.II. Bucuresti, pp. 161-174.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (1951-1961), *Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do texto português*. 3 vols., Lisboa: Academia Portuguesa da História (Reprodução fac-similada, Lisboa: IN-CM, 1983 (vol.I), 1984 (vols. II – IV)).

Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL), Berlim: Academia das Ciências. Disponível em http://cil.bbaw.de/cil_en/dateien/glossar.php#inschriftentraeger.

COSTA, Avelino de Jesus da (1979), “Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico”, *Revista Portuguesa de História* 17, pp. 263-340 (republicado em *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, pp. 169-256).

COSTA, Sara Figueiredo (2007), *A Regra de S. Bento em Português. Estudo e edição de dois manuscritos*, Lisboa: Colibri.

DUARTE, Luiz Fagundes (1986), *Os documentos em português da Chancelaria de D. Afonso III (edição)*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado.

EMILIANO, António e Susana PEDRO (2004), “De noticia de torto: aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido”, *Zeitschrift für romanische Philologie* 120/1, pp. 1-81.

ESPÍRITO SANTO, Arnaldo, Maria Cristina PIMENTEL e Ana Paula BANZA (2010), *Sermões II*, de Padre António Vieira. Edição crítica, Lisboa: CEFi – Centro de Estudos de Filosofia/IN-CM.

ESPÍRITO SANTO, Arnaldo, Maria Cristina PIMENTEL e Ana Paula BANZA (2008), *Sermões I*, de Padre António Vieira. Edição crítica, Lisboa: CEFi – Centro de Estudos de Filosofia/IN-CM.

FERREIRA, José de Azevedo (1989), *Flores de Dreyto*, Braga.

FERREIRA, José de Azevedo (1987), *Afonso X. Foro Real, Edição, Estudo Linguístico e Glossário*, 2 Vols., Lisboa: INIC.

FERREIRA, José de Azevedo (1980), *Alphonse X. Primeyra Partida. Édition et étude*, Braga: INIC (publ. da dissertação de 1978).

FREIRE, Francisco José (1842): *Reflexões sobre a Lingua Portugueza*, escriptas por Francisco José Freire, publicada com algumas anotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis. Disponível em <http://purl.pt/135>.

FREIRE, Francisco José (1768): *Reflexões Sobre a Lingua Portugueza*, Escriptas por Francisco Joze Freire da Cong.m do Oratorio de Lisboa em 1768, Manuscrito: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Cod. CXIII / 2-1.

GARVÃO, Maria Helena (1990), *Foros de Garvão*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado.

GONÇALVES, Rui (1992), *Dos privilegios & praerogativas q ho genero feminino tẽ por direito comũ & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino*, Edição fac-similada, Lisboa: Biblioteca Nacional.

HEGER, Klaus (1960), *Die bisher veröffentlichten Hargas und ihre Deutungen*, Tübingen.

LUND, Christopher (1980), *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista. Estorias e ditos galantes que sucederaõ e se desseraõ no Paço. Contendo matéria bibliográfica inédita de Luís de Camões e outros escritores do século XVI*, Coimbra: Livraria Almedina.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986), *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal do século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra: INIC.

MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) (1990), (vol. I) 1992 (vols. II e III), *Chancelarias Portuguesas – D. Afonso IV*, Lisboa: INIC.

MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) (1984), *Chancelarias Portuguesas – D. Pedro I*, Lisboa: INIC.

MARQUILHAS, Rita (2000), *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*, Lisboa: IN-CM.

MARTÍNEZ SALAZAR, Andrès (1911), *Documentos gallegos de los siglos XIII a XVI*, Corunha: Imprenta de la Casa de la Misericordia.

MARTINS, Ana Maria (2006), “A emergência do português escrito na segunda metade do século XII”, Alvarez Blanco, R. e A. Santamarina (eds.), *Homenaxe a Fernando Tato Plaza*, Santiago de Compostela, Instituto da Língua Galega.

MARTINS, Ana Maria (2001), *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa: IN-CM.

MARTINS, Ana Maria (1999), “Ainda ‘os mais antigos textos escritos em português’. Documentos de 1175 a 1252”, Faria, Isabel H. (org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Cosmos, FLL, pp. 491-534.

MARTINS, Ana Maria e Cristina ALBINO (1998), “Sobre a primitiva produção documental em português: notícia de uma *noticia de auer*”, in KREMER, Dieter (ed.) *Homenaxe a Ramón Lorenzo*, Vol. I, Vigo, Galaxia, pp. 105-112.

MATTOSO, José (1980), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. PMH, Nova Série, II/1, Lisboa: Academia das Ciências (edição crítica de todo o texto, toma como base o frag. da Ajuda na extensão que ele recobre).

MERÊA, M. Paulo (1917), “A versão Portuguesa das *Flores de las Leyes* de Jacóme Ruiz”, *Revista da Universidade de Coimbra* 6, pp.341-371.

METTMANN, Walter (1959-1972), *Cantigas de Santa Maria*, 4 vols, Coimbra.

NETO, Serafim da Silva (1959-1960), “Regra de São Bento. Ed. crítica da mais antiga versão portuguesa acompanhada de breves notas filológicas”, *Revista Brasileira de Filologia* 5, I-II. Rio de Janeiro, pp. 21-46.

NETO, Serafim da Silva (1956), “Fragmentos de uma tradução medieval portuguesa (fins do século XIV) de um *Livro das Aves*, de autor anónimo”, in *Textos Medievais Portugêses e seus problemas*, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, pp. 40-45; 104-105.

NETO, Serafim da Silva (1950), *Diálogos de São Gregório. Edição crítica segundo os três manuscritos conhecidos*, Coimbra: Atlântida.

NETO, Serafim da Silva (1947), “Vida de S. Nicolau”, *Boletim de Filologia* A.2, Rio de Janeiro, pp. 233-238.

NETO, Serafim da Silva (1946), *Fontes do latim vulgar* (O Appendix Probi), Edição comentada, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

NUNES, Irene Freire (1995), *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa: IN-CM.

NUNES, José Joaquim (1922-26), “Evolução da Língua Portuguesa exemplificada em duas lições principalmente da mesma versão da Regra de S. Bento e ainda nos fragmentos da mais antiga que se conhece”, *Boletim da Classe de Letras (Antigo Boletim da Segunda Classe)*, vol. XIV, 1922, 222-313; vol. XV, 1922, 224-262 e 929-972; vol. XVI, 1926, 588-637.

PEDRO, Susana (1994), *De Noticia de Torto*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado.

PIEL, Joseph (1988), *A Demanda do Santo Graal* (Edição concluída por Irene Freire Nunes, com Introdução de Ivo Castro), Lisboa: IN-CM.

PIMENTA, Alfredo (1946), *Fuero Real de Afonso X, o Sábio. Versão portuguesa do séc. XIII*, Lisboa: IPAC.

Portugaliae Monumenta Historica, Scriptorum, I, fasc. II. Os Livros de Linhagens, III, Lisboa, 1856, pp. 184-229. Disponível em <http://purl.pt/12270/3/>.

Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines, I, II. 1856, 1868. Disponível em <http://purl.pt/12270/3/>.

Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones I, II. 1888, 1917. Disponível em <http://purl.pt/12270/3/>.

RIBEIRO, João Pedro (1810), *Dissertações Chronologicas e Críticas sobre a História e a Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*, Dissertação V, Tomo I Lisboa: Real Academia das Sciencias, pp. 176-193. Disponível em <http://purl.pt/12115/4/>.

RIBEIRO, Maria José F. Homem (1994), *Edição dos documentos medievais do Cartório de Santa Eufémia de Ferreira de Aves*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Celeste (1990), *Dos costumes de Santarém*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado.

ROSSI, N. (dir.) et al. (1965), *Livro das Aves*. Reprodução fac-similar do manuscrito do século XIV, introdução, leitura crítica, notas e glossário, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

ROUDIL, Jean (2000) (dir.), *Edição do manuscrito português das Flores de Dereyto, La Tradition d'écriture des 'Flores de Derecho'. Construction et étude*, Tome I, Vol. I, Paris : Publ. du Séminaire d'Etudes Médiévales Hispaniques de l'Université Paris 13, pp. 200-297.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1971), *A mais antiga versão portuguesa dos 'Quatro livros dos diálogos' de São Gregório*. Edição crítica com Introdução e Índice Geral das palavras lexicais, 4 vols., São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Doutoramento.

SOUTO CABO, José António (2008), *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*, Revista Galega de Filoloxía, Monografía 5, A Coruña: Universidade da Coruña, Área de Filoloxías Galega e Portuguesa.

SOUTO CABO, José António (2004), “Novas perspectivas sobre a génese da *scripta* romance na área galego-portuguesa. Textos e contextos”, *Aemilianense* I, Logroño, pp. 569-599.

SOUTO CABO, José António (2003), “Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa. Documentos do século XII”, *Diacrítica* 17, pp. 329-385.

SPONER, Margot (1934), “Documentos antigos de Galicia”, *Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística. Literatura* 7, pp.113-192.

TOMÉ, J. L. Pensado (1962), *Fragmento de un 'Livro de Tristán' galaico-português. Ed. e estudo*, Santiago de Compostela: Cons. Sup. de Investigaciones Científicas.

TRANCOSO, Gonçalo Fernandes (1982), *Contos & histórias de proveito e exemplo*, Edição fac-similada, Lisboa: Biblioteca Nacional.

Tratado notavel de hũa pratica que hũ lavrador teve com hũ Rey de pèrsia que se chamava Arsano feyto per hũ pèrsio per nome codio Rufo, Edição fac-similada, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1990.

VALVERDE, José Figueira (1985), *Cantigas de Santa Maria*, Madrid: Castalia.

VASCONCELLOS, José Leite de (1959³ [1911]), *Lições de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

VÄÄNÄNEN (1937), *Le latin Vulgaire des Inscriptions Pompéiennes*, Helsinki: Imprimerie de la Société de littérature finnoise.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1904), *Cancioneiro da Ajuda. Edição crítica*, Halle.

Antologias

GODINHO, Hélder (1986), *Prosa Medieval Portuguesa*, Lisboa: Editorial Comunicação.

GONÇALVES, Elsa e Maria Ana RAMOS (1985), *A lírica galego-portuguesa (textos escolhidos)*, Lisboa: Editorial Comunicação.

NUNES, José Joaquim (1921² [1906]), *Crestomatia Arcaica – Excertos da Literatura Portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI*, Lisboa: Portugal-Brasil Limitada/Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana. Disponível em <https://archive.org/stream/crestomatiaarcai00nune#page/n41/mode/2up>.

OLIVEIRA, Corrêa de e Luís Saavedra MACHADO (1974), *Textos Portugueses Medievais*, Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.

VASCONCELLOS, José Leite de (1970), *Textos Arcaicos*. Para uso da aula de Filologia Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: Livraria Clássica Editora.

3. Corpora

Corpus dialectal para o estudo da sintaxe (CORDIAL – SIN):

<http://www.clul.ul.pt/sectores/cordialsin/projecto>.

Corpus do Português: <http://corpusdoportugues.org>.

Corpus Histórico do Português Tycho Brahe:

<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/catalogo.html>.

Corpus Informatizado do Português Medieval: <http://cipm.fcsh.unl.pt>.

Corpus Lexicográfico do Português (CLP): <http://clp.dlc.ua.pt>.

Fontes da Linguística Portuguesa “Memória – Língua:

<http://purl.pt/401/1/lingua/lingua.html>.

Projectos CARDS – Unknown letters e FLY – Forgotten letters:

<http://alfclul.clul.ul.pt/cards-fly>.

Projecto Post Scriptum: <http://ps.clul.ul.pt/index.php?page=downloads>.

4. Sítios na rede

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, *Fontes da Linguística Portuguesa*:
<http://bnd.bn.pt/memorias/ecrans/lingua.html>.

DT- Dicionário terminológico para consulta em linha: <http://dt.dgidec.min-edu.pt>.

ETHNOLOGUE: http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=size.

INSTITUTO CAMÕES – CENTRO VIRTUAL CAMÕES – HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM LINHA : <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/index1.html>.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB): <http://www.ieb.usp.br>.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>.

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA: <http://observatorio-lp.sapo.pt>.

PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org>.